



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

EDLA TUANE MONTEIRO ANDRADE

**DEVOÇÕES CATÓLICAS SERGIPANAS: HISTÓRIA, REPRESENTAÇÕES E
FÉ (1590-1718)**

SÃO CRISTOVÃO-SE

2014.2

EDLA TUANE MONTEIRO ANDRADE

**DEVOÇÕES CATÓLICAS SERGIPANAS: HISTÓRIA, REPRESENTAÇÕES E
FÉ (1590-1718)**

**Monografia apresentada ao curso de
História da Universidade Federal de
Sergipe como requisito para obtenção do
título de Licenciatura em História.
Orientação: Prof. Dr. Claudefranklin
Monteiro Santos.**

SÃO CRISTOVÃO-SE

2014.2

FICHA CATALOGRÁFICA

ANDRADE, Edla Tuane Monteiro Andrade

Devoções Católicas Sergipanas: História, Representações e Fé (1590-1718)/ Edla Tuane Monteiro Andrade – São Cristóvão, 2014.2

55f. Il.

Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de Sergipe, 2014.2

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos

1. História da Igreja Católica. 2. Devoções Católicas. 3. Representação. I. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha mãe Valdemira Monteiro, meu pai José Everaldo e ao meu irmão Elton Monteiro, por todo o incentivo e apoio que sempre me deram ao longo dessa jornada acadêmica. Sem o apoio e o carinho de vocês, eu não teria conseguido.

“A Capitania de Sergipe d’El Rey- corrupto vocábulo Sergipe – no Brasil ocupa grande parte das terras, que estão ao norte da Bahia de Todos os Santos. [...] era povoada esta província por homens de diversas denominações. [...] Compreende esta comarca sete vilas, que são começando pela que fica mais ao sul: 1ª Santa Luzia do Piagui, 2ª Nossa Senhora do Socorro do Thomar, 3ª Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, 4ª Santo Antônio e Almas de Itabaiana, 5ª Santo Amaro das Grotas, 6ª Villa Nova Real do rio de São Francisco, 7ª Villa de Propriá.

Dom Marcos Antônio de Souza

AGRADECIMENTOS

“Alfa, Ômega, Princípio e Fim” apreciando as singelas palavras desta canção de Eugênio Jorge, posso afirmar que o meu primeiro agradecimento é para Ele, o Senhor da minha História. Ele é o princípio e o fim de tudo, e cada detalhe desta minha conquista foi semeada por Deus. Por isso, agradeço a Deus por permitir que este sonho se tornasse real.

Esse exercício de recordação e nomeação é o mais difícil, pois é quase impossível não cometer nenhuma injustiça ao mencionar todos que, de diversas formas, foram peças importantes na concretização dessa monografia. Por isso, registro, de início, minhas desculpas pelos esquecimentos.

Aos meus pais por tudo que fizeram por mim, sem vocês eu não teria conseguido, eu não seria o que sou hoje (vocês são exemplos de ética, compromisso, humildade). É indescritível o carinho que recebi de vocês. Pai (Everaldo), jamais esquecerei todas as manhãs que o senhor me levou para pegar o ônibus rumo à Aracaju e as inúmeras vezes que ficou sem dinheiro porque tinha me dado para levar para UFS – eu posso dizer com convicção que tenho o melhor pai do mundo. Mãe (Valdemira), meu verdadeiro anjo, és o modelo de mulher que quero ser (independente, forte, guerreira, trabalhadora, uma mãe presente em todos os momentos). Te admiro muito. Pai, mãe amo vocês incondicionalmente. Essa conquista é para vocês. Ao meu irmão Elton Monteiro, por toda disposição diária para me ajudar, te admiro muito.

Um obrigado muito especial ao meu querido e exemplar orientador Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Andrade. O senhor é meu grande exemplo, um homem de Deus, o admiro e respeito muito. Minha gratidão por ti é indescritível, exemplo de profissional e também de pessoa! Professor, obrigada de coração pela paciência, apoio e orientação!

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial da Universidade Federal de Sergipe. Na pessoa do professor Dilton Maynard, o qual contribuiu de maneira impar para o meu crescimento acadêmico.

Aos meus amigos e professores da época do colégio, em especial as Prof^{as}. Fernanda Correia, Patrícia Monteiro, por me proporcionarem o amor pela História. E os meus amigos do Grupo de Oração Vida Nova, Magna, Kathlen Nogueira, Aline, Renato, Reinan, Emilio. Tamires, Obderan, Anselma, Jake, Dery, Valciliana, Gilmara, Heloísa, do CNSP (Irmã Lurdinha, Zélia, Eliedilma), do IFS, do Colégio Mundial (Nicinha, Docarmo, Fátima), CJAV (Gilson, Terezinha, Leire), Fundação José Augusto

Vieira (Analu e Elisângela). Aos amigos do Grupo de Pesquisa GPCIR, em especial Eduardo, Josineide e Rosana.

Eu encontrei um grande amor, um amor semeado por Deus. Com a licença poética posso afirmar, você é a pureza do amor, você Adson é um dos grandes incentivadores deste sonho, sempre foste meu apoio, conselheiro e amigo.

Nomear é sempre um risco, mesmo para os “profissionais da história”, ironicamente, me sinto sempre traída pela memória. Mas aqueles que, além de colegas, se tornaram amigos não posso deixar de mencionar. Aos meus amigos e amigas da UFS em especial a Raquel Anne, minha grande companheira, amiga, parceira, nestes anos ao seu lado, aprendi a ser uma pessoa melhor, a Gladston (pessoa singular), a Francielle, Mônica Apenburg, Rita de Cássia, Damilis Viana, Célia, Marcos Breno, Matheus, Maria Luiza. Aos meus companheiros do PET História: Talita, Thaís, Marlíbia, Carol, Andrey, Cris, Keline, Thamyres, Ailton, Guilherme, Franciele e Cassiano. Aos professores Petrônio Domingues, Mônica Goeis, Antônio Lindvaldo, Célia Cardoso, Edna Matos, Julien, Giliard Prado, Bruno Machado e Lourival Santana. Ao grande mestre e verdadeiro professor/amigo Francisco José Alves, ao senhor minha infinita admiração.

A frase para alguns pode ser desvalorizada para mim define o que vive na casa das 7 Mulheres, “*Quem encontrou amigas, encontrou um verdadeiro e precioso tesouro*”, vocês meninas são verdadeiras irmãs, vivemos a solidão da distância de casa e da família, juntas, vocês fizeram toda a diferença. Obrigada Rayane (minha coração gigante, obrigada por cuidar de mim Raynes), Paulinha (parceira), Ana (fortaleza), Vanessa (grande alegria), Thaíse (guerreira), Valérias (eterna Bandidas), Gabriela (motivação), Gardênia (Loven Garden), Martinha (Doação).

Tudo realmente tem um começo e um fim, contudo este não é o fim, mas sim o começo de novos sonhos.

RESUMO

Nesta monografia buscamos refletir sobre a formação das primeiras vilas sergipanas e suas práticas devocionais. Embasada no campo da História Cultural com ênfase em História e Religião, esta investigação objetivou fazer um estudo analítico a respeito do processo de instalação das primeiras devoções católicas sergipanas, sobretudo no período referente à criação dos sete núcleos iniciais de povoamento do território da antiga Capitania de Sergipe D'El Rey, compreendo os anos de sua conquista pelos portugueses, em 1590 e a formação da sétima vila sergipana em 1718. É bem verdade que outros tipos de devoções poderiam ser aventados nesse projeto, considerando a presença das etnias indígena e negra na gestação de Sergipe. Em que pese à extensão dessa empreitada e a hegemonia religiosa da Igreja Católica, nos limitaremos a este cenário. Desse modo, interessa-nos pensar o conceito de devoção circunscrito ao nível de representação do catolicismo instalado no Brasil por Portugal, sob as hostes de Roma, percebendo as particularidades desse projeto de evangelização e sua relação com a conquista e com o desenvolvimento da capitania. Assim, remetemos à concepção de crença formulada por Michel de Certeau como fundamento da presente reflexão sobre a devoção. A pesquisa versa sobre os conceitos de vivência do religioso como objeto no campo da história (Certeau, 1996), representação (Chartier, 1990) e poder simbólico/campo religioso (BOURDIEU, 2004). Metodologicamente este trabalho consisti na análise de fontes sobre a presença da Igreja Católica em Sergipe presentes em diversas instituições e lugares de memória incluindo as do Estado do Rio de Janeiro e, principalmente a cidade de Salvador, contendo a documentação do Arquivo da Diocese de Salvador, da qual pertenceu Sergipe até a criação da Diocese de Aracaju, em 1910. Afora isso, fontes sobre o catolicismo sergipano disponíveis no Arquivo Público de Sergipe, no Arquivo do Judiciário, IHGSE, PDPH e nas paróquias aqui estudadas. Essa pesquisa é resultado de um trabalho monográfico em História/UFS e se encontra em andamento. O interesse nesta investigação se dá pela importância de estudos que corroborem com a História e a Religião de Sergipe.

Palavras chaves: Devoção; Representação; Catolicismo.

ABSTRACT

In this monograph we reflect on the formation of the first Sergipe towns and their devotional practices. Grounded in the field of cultural history with an emphasis on history and religion, this research aimed to make an analytical study on the installation process of the first Sergipe Catholic devotions, especially in the period on the establishment of the initial seven core territory of the ancient settlement of Captaincy Sergipe D'El Rey, understand the years of its conquest by the Portuguese in 1590 and the formation of the seventh Sergipe village in 1718. It is true that other devotions could be bandied about in this project, considering the presence of indigenous and black ethnic groups in pregnancy of Sergipe. Despite the extension of this contract and religious hegemony of the Catholic Church, we limit ourselves to this scenario. Thus, we are interested in thinking the concept of devotion to Catholicism circumscribed the level of representation installed in Brazil for Portugal, under the hosts of Rome, realizing the particularities of this evangelization project and its relation to the achievement and the development of the captaincy. So, refer to the belief conception formulated by Michel de Certeau as the foundation of this reflection on the devotion. The research deals with the religious experience of concepts such as object in the field of history (Certeau, 1996), representation (Chartier, 1990) and symbolic / religious field power (Bourdieu, 2004). Methodologically work consists the sources of analysis of the presence of the Catholic Church in Sergipe present in various institutions and places of memory including the State of Rio de Janeiro, and especially the city of Salvador, containing the documentation of the Archive of the Diocese of Salvador, which belonged Sergipe until the creation of the Diocese of Aracaju, in 1910. Aside from that, sources on the Sergipe Catholicism available in the Public Archives of Sergipe, Judicial archive, IHGSE, PDPH and parishes studied here. This research is the result of a monograph in History / UFS and is in progress. Interest in this research is the importance of studies corroborating the History and the Religion of Sergipe.

Keywords: Devotion; representation; Catholicism.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização aproximada das principais vilas incluídas no estudo

FIGURA 2 – Capitania de Sergipe D’El Rey

ABREVIATURAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BN – Biblioteca Nacional

APES – Arquivo Público de Sergipe

IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

IHGRJ - Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

Sumário

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: A CONQUISTA DA FÉ: A INSTALAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA EM SERGIPE.....	20
I.I A CONVERSÃO DOS POVOS NATIVOS	21
I.II- OCUPAÇÃO TERRITORIAL	26
I.III- A IGREJA CATÓLICA EM SERGIPE	28
CAPÍTULO II: UMA CAPITANIA EM CONSTRUÇÃO: VILAS, FREGUESIAS E PARÓQUIAS.....	32
II.I VILAS, FREGUESIAS E PARÓQUIAS.....	33
CAPÍTULO III: “DEVOÇÕES CATÓLICAS SERGIPANAS: PRIMÓRDIOS DE UMA FÉ MARIANA”	37
VILA REAL DE SANTA LUZIA DO PIAGUI – DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	39
VILA DO TOMAR DO GERU OU NOVA TÁVORA – DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO.....	41
VILA NOSSA SENHORA DA PIEDADE DO LAGARTO – DEVOÇÃO A SANTO ANTÔNIO.....	43
VILA DE SANTO ANTÔNIO E ALMAS DE ITABAIANA – DEVOÇÃO A SANTO ANTÔNIO.....	44
VILA DE SANTO AMARO DAS BROTAS – DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DAS BROTAS E SANTO AMARO	45
VILA NOVA REAL DO RIO SÃO FRANCISCO – DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SANTO ANTÔNIO	46
VILA DO URUBU DE BAIXO DO RIO SÃO FRANCISCO – DEVOÇÃO A SANTO ANTÔNIO.....	48
VILA NOSSA SENHORA DA VITÒRIA OU SÃO CRISTOVÃO – DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DA VITÓRIA.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50

FIGURA 1 – Localização aproximada das principais vilas incluídas no estudo



Fonte: Anexo 1 (adaptado pelo autor a partir de um mapa atual do estado de Sergipe).
 Elaboração e arte: Edla Monteiro. Mapa: (<http://www.viaki.net/wp-content/uploads/2012/04/compre-o-mapa-sergipe.jpg>)

Legenda: ○ Vila

DEVOÇÕES CATÓLICAS SERGIPANAS: HISTÓRIA, REPRESENTAÇÕES E FÉ (1590-1808)

INTRODUÇÃO

(...) a vossa Alteza a notícia do achamento desta Vossa terra nova (...). À Terra de Vera Cruz.¹

Era por volta de 6h da manhã de quinta-feira, 23 de abril de 1500, quando o sol nasceu e a esquadra liderada por Pedro Álvares Cabral estava aportada a 36 quilômetros da costa, estavam em terras novas que um dia se tornariam o Brasil. Ficaram maravilhados e encantados pela beleza do lugar e extasiados com a fauna e a flora. No contato inicial com os nativos, os portugueses já imaginavam quanto poderiam adquirir em riquezas nesse lugar. A primeira denominação dada a essa porção de terra já demonstrava a forte tradição católica dos portugueses, primeiramente *Ilha de Vera Cruz* e depois, ao descobrirem que não se tratava de uma ilha, ficou então conhecida por *Terra de Santa Cruz*.

De acordo com Severino Vicente (2001)², é importante sempre lembrar que a chegada dos portugueses nestas terras, hoje chamadas Brasil, ocorreu sob o lema da expansão da cristandade europeia, formada ao longo da Idade Média. Sendo assim, além das motivações econômicas e políticas, os portugueses trouxeram em sua bagagem também interesses religiosos. Todavia, inicialmente, faz-se necessária a compreensão de como estava organizada a Igreja que adentra o Brasil?

A Igreja que pisa em terras brasileiras estruturou-se em quadros organizatórios, os quais mantinham uma aliança com o Estado português expansionista. Segundo Eduardo Hoornaert³, a organização da Igreja no Brasil entre 1550-1800 era em grande parte controlada

¹ “Caminhos Literários da Carta de Pêro Vaz de Caminha”, in *Mare Liberum*, no 11-12, 1996, p. 8. Cf. também Clara de Macedo Vitorino, “Convenção e Ficção – Ensaio sobre a Carta de Pêro Vaz de Caminha”, in *Mare Liberum*, no 6, 1993, pp. 155-63, e José Antônio Ideias, “A Carta de Pêro Vaz de Caminha: Contribuição para uma Tipologia do Encontro”, in *ibidem*, pp. 165-9.

² SILVA, Severino Vicente da. Uma Leitura de Paróquia e Comunidade no Brasil Perspectiva Histórica – Fernando Londoño (org.), São Paulo, 1987. In: **CLIO** – Revista do PPGH da UFPE. Nº 17. Recife, UFPE, 1998.

³ HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800)**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 8-9.

pelo Padroado⁴, direito que foi concedido pelo papa ao rei de Portugal com a missão de promover a organização da Igreja nas terras “descobertas”, ou seja, estes monarcas se estabeleceram como “verdadeiros chefes espirituais nas novas terras”⁵. Ainda sobre a chegada desta Igreja, um detalhe não pode ser ignorado, cujo foi o financiamento por meio do Padroado da expansão do Catolicismo no Brasil. Sergipe D’EL Rey, por exemplo, é reflexo da atuação e instalação da religião católica. Esta afirmação pode ser percebida na fala do jesuíta Gaspar Lourenço⁶, o qual participou das primeiras missões em Sergipe D’EL Rey, este assina como era importante à divulgação da fé cristã nos aldeamentos. Visto isso, este trabalho visa estudar de forma analítica o processo de instalação das primeiras devoções católicas sergipanas, sobretudo ao período referente à criação dos sete núcleos iniciais de povoamento do território da antiga Capitania de Sergipe D’El Rey, compreendo os anos de sua conquista pelos portugueses, em 1590 e a formação da sétima vila sergipana em 1718⁷.

O período de investigação justifica-se, tendo em vista o grande número de transformações que ocorreram em Sergipe, constituindo numa nova fase na Igreja, a qual tinha por objetivo expandir a fé cristã, com a criação de novas igrejas, fundando novas irmandades e aumentando o número de párocos e paróquias. Também foi a época em o Catolicismo vinha buscando consolidar-se enquanto instituição, particularmente a partir da criação do arcebispado da Bahia em 1676. É também neste contexto que surgem cinco novas paróquias em Sergipe em diferentes locais do território, Santo Antônio e Almas de Itabaiana (1675); Santo Antônio da Vila Nova do Rio São Francisco (1678); Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (1679); Santa Luzia do Rio Real (1680); Jesus, Maria José e São Gonçalo do Pé de Banco (1700).

É bem verdade que outros tipos de devoções poderiam ser aventados neste trabalho monográfico, considerando a presença das etnias indígena e negra na gestação de Sergipe. Em que pese à extensão dessa empreitada e a hegemonia religiosa da Igreja Católica, nos limitaremos a este cenário, vista a carência de estudos sobre o Catolicismo.

⁴ Padroado - Era uma prerrogativa da Coroa Portuguesa baseada no fato do Rei ser grão-mestre de três tradicionais ordens militares e religiosas de Portugal.

⁵ AZZI, Riolando. A instituição Eclesiástica durante a primeira época colonial. In: **História da Igreja no Brasil**.

⁶ FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe (1575-1855)**. 3ª. Ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

⁷ SOUZA, Dom Marcos Antonio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: Estado de Sergipe/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento Estadual de Estatística, 1944. A obra foi escrita originalmente em 1808 e teve sua primeira publicação impressa em 1877/78.

Sabe-se que em geral, os estudos sobre o catolicismo brasileiro ganharam força com a criação da CEHILA (Comissão para a História da Igreja na América Latina), em 1973⁸. Ao longo de anos, seja na universidade ou fora dela, cresceu o interesse pelas possibilidades de análises científicas em torno das principais temáticas que aquela instituição demanda.

Desde a década de 60, tem-se ouvido e comentado muito a respeito do catolicismo, mas do catolicismo enquanto instituição: os temas explorados pelos pesquisadores giram em torno das questões de poder, das relações da Igreja com o Estado e com a política. Entretanto, este problema aumenta quando procura-se por trabalhos sobre devoções.

O quadro historiográfico brasileiro se ampliou com as contribuições em torno de pesquisas e análises sobre aspectos institucionais, burocráticos, teológicos, formativos, estruturais e culturais, particularmente no que tange às devoções populares, tão combativas pela romanização católica verificada a partir da primeira metade do século XIX⁹.

Em Sergipe, o interesse pelos aspectos religiosos na história tem como marco o trabalho da Professora Maria da Glória, em 1999¹⁰. Na ocasião, a mesma advertia para a necessidade de mais pesquisas em torno dessa temática, particularmente no campo católico. De lá até a presente data, inúmeras foram às pesquisas desenvolvidas, sobretudo na Universidade Federal de Sergipe, a partir da criação do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades, no final do século XX.

Entretanto, no que diz respeito às devoções católicas, ainda são poucos os trabalhos que ajudem a dirimir questões da realidade religiosa sergipana, notadamente dos séculos XVI e XVII, época de formação do território sergipano. A maioria dos trabalhos centra-se no aspecto institucional e na formação dos padres, como é o caso dos trabalhos de Antônio Lindvaldo¹¹, Péricles Moraes¹², Raylane Navarro¹³, Vanessa Oliveira¹⁴ e France Silva¹⁵.

⁸ COUTINHO, Sérgio Ricardo. *Para uma história da Igreja no Brasil: os 30 anos da Cehila e sua contribuição historiográfica*. In: Siepierski, P. e Gil, B. (org.). **Religiões no Brasil: Enfoques, dinâmicas e abordagens**. São Paulo: Paulinas, 2003, p.67-87.

⁹ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹⁰ ALMEIDA, Maria da Glória. *A Igreja em Sergipe e os "Desfavorecidos": Possibilidades de Pesquisa*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 32, 1993-1999. pp. 61-83.

¹¹ SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O Eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**. São Cristóvão: UFS: Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

¹² MORAES, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.

¹³ BARRETO, Raylane Dias Navarro. **Os Padres de Dom José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2004.

¹⁴ OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. **A irmandade dos homens pretos do rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão (século XIX)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.

Exceção feita à tese do professor Claudefranklin Monteiro¹⁶, que afora tais questões, procura entender, também, a formação das devoções populares, particularmente a referente a São Benedito em Lagarto, entre os séculos XVII e XX.

Essa carência de pesquisas em torno da compreensão do processo de instalação das primeiras devoções católicas em Sergipe nos motivou a levar adiante o presente projeto, com vistas a contribuir para uma historiografia sergipana também preocupada em entender a formação religiosa do Estado, antiga possessão baiana. Para tanto, utilizaremos os livros de tomo das igrejas de Santa Luzia, Tomar do Gerú, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro das Brotas, Siriri e Propriá, não somente como fonte, mas também como objeto de análise. Buscaremos entender como estas devoções eram representadas e descritas para assim serem difundidas e praticadas pelos fiéis. Para tanto, faz-se necessário compreender o cenário e a instalação destas devoções.

Além dos trabalhos já aqui mencionados, tanto os que compõem uma seara nacional como os mais concernentes a uma esfera local, será de grande valia a leitura e reflexão de outras leituras que apoiem o nosso referencial bibliográfico.

Desse quadro embrionário, queremos destacar o escrito de Dom Marcos Antônio, que além de referência pode servir como uma importante fonte de nosso trabalho. A obra intitulada de Capitania de Sergipe estrutura-se em 8 capítulos. O livro teve sua primeira publicação através de Antônio José Fernandes de Barros em 1878 e sua segunda edição em 1943 na Revista de Aracaju. Entretanto, a obra foi escrita muito antes em 1808, por D. Marcos Antônio de Souza, o qual, segundo Epifânio Dória foi um homem de grandes e gabadas virtudes e o primeiro Bispo de nomeação de D. Pedro I.

Vista estas limitações, interessa-nos pensar o conceito de devoção circunscrito ao nível de representação do catolicismo instalado no Brasil por Portugal, sob as hostes de Roma, percebendo as particularidades desse projeto de evangelização e sua relação com a conquista e com o desenvolvimento da capitania.

¹⁵ SILVA, France Robertson C. da. **‘Sob o manto da Imaculada’ Sergipe se devota a Maria séculos XVI a XIX**. Monografia (Licenciatura em História). Departamento de História da Universidade federal de Sergipe. São Cristovão, 2001.

¹⁶ SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **A Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): Limites e Contradições da Romanização**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

Assim, remetemos à concepção de crença formulada por Michel de Certeau como fundamento da presente reflexão sobre a devoção: entendo por crença não o objeto do crer (um dogma, um programa etc.), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o *ato* de enunciá-la considerando-a verdadeira – noutros termos, uma “*modalidade*” da afirmação e não o seu conteúdo.

Assim, propomo-nos a analisar como este período de formação e transformação dos núcleos de povoamento sergipano paralelo com o aparecimento das primeiras devoções católicas sergipanas. A partir disso podemos então nos perguntar: Qual a história das primeiras devoções sergipanas? Como elas chegaram ao território sergipano? Quem as trouxe? Como eram representadas pela Igreja, pelos fiéis e irmandades? Como estas devoções interferiram na formação e desenvolvimento dos primeiros núcleos de povoamento de Sergipe D’El Rey? Compreender o processo de instalação das primeiras devoções católicas sergipanas a partir do desenvolvimento dos núcleos iniciais de povoamento do território de Sergipe D’El Rey.

A presente pesquisa trata-se de um estudo de história cultural dentro da perspectiva que busca perceber as representações do aspecto religioso no tecido histórico e social de uma determinada localizada, nesse caso a antiga Capitania de Sergipe D’El Rey. Nesse sentido, valer-nos-emos não somente de uma análise documental, mas também bibliográfica à luz de conceitos como devoção católica e representações devocionais.

Além dos chamados teóricos e historiadores que discutem a temática Igreja Católica no Brasil, a exemplo de Eduardo Hoornaert¹⁷ e Riolando Azzi¹⁸, entre outros, serviram como lastro teórico de nossa pesquisa: Roger Chartier¹⁹, sobretudo na discussão em torno das representações; e Pierre Bourdieu²⁰ e Michel de Certeau²¹, estes último a aspectos conceituais como campo religioso, poder simbólico e a vivência do religioso como objeto no campo da história.

Metodologicamente o trabalho consistirá no levantamento e análise de fontes sobre a presença da Igreja Católica em Sergipe presentes em diversas instituições e lugares de

¹⁷ HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800)**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 8-9.

¹⁸ AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

¹⁹ CHARTIER, R. **A história cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

²⁰ BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In: **A Economia das Trocas Simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

²¹ CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. Trad. Ephraim F. Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

memória incluindo as do Estado do Rio de Janeiro e, principalmente a cidade de Salvador, mais perto no acervo do Laboratório Reitor Eugênio Veiga, sob a coordenação da Universidade Católica, contendo a documentação do Arquivo da Diocese de Salvador, da qual pertenceu Sergipe até a criação da Diocese de Aracaju, em 1910. Afora isso, fontes sobre o catolicismo sergipano disponíveis no Arquivo Público de Sergipe, no Arquivo do Judiciário, IHGSE, PDPH e nas paróquias aqui estudadas. Assim, o uso das fontes é fundamental para compreendermos certos assuntos tanto do passado como do presente. Visto que existe uma demanda social de atingir o conhecimento de assuntos, sejam sobre o passado ou referente ao presente. Para François Bédarida, o historiador possui uma *função social* ou *responsabilidade na sociedade*²². O historiador possui o compromisso de atender a esses interesses. Almejando atender estes interesses, estruturamos os capítulos da seguinte maneira:

No primeiro capítulo intitulado “*A Conquista da Fé: a Instalação da Igreja Católica em Sergipe*” discutiremos alguns aspectos em torno da presença e formação da Igreja Católica no Brasil, dando ênfase ao contexto fundador da fé católica em Sergipe.

No segundo capítulo chamado “*Uma Capitania em Construção: Vilas, Freguesias e Paróquias*” faremos um breve relato sobre a formação administrativa e eclesiástica de Sergipe, destacando como a presença da Igreja Católica influenciou na formação e desenvolvimento dos primeiros núcleos populacionais sergipanos.

No terceiro capítulo nomeado “*Devoções Católicas Sergipanas: Primórdios de uma Fé Mariana*”, inicialmente, apresentaremos as primeiras devoções católicas em Sergipe, identificando-as, localizando-as, descrevendo-as e verificando a relação delas com o lugar e com as pessoas envolvidas. Ainda neste capítulo refletiremos sobre a forte presença da devoção a Nossa Senhora nestes núcleos de povoamento.

Considera-se, assim, que este trabalho possui uma dupla importância: por um lado, amplia o conhecimento sobre o passado, como afirma Marc Bloch²³, “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” e, por outro, contribui para o conhecimento da História destas Devoções.

²² BÉDARIDA, François. **Usos & Abusos da História Oral**. AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

²³ BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAPÍTULO I

A CONQUISTA DA FÉ: A INSTALAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA EM SERGIPE

A dominação portuguesa sobre as novas terras brasílicas, descobertas nos albores do século XVI, foi realizada através de dois projetos distintos, mas complementares: a conversão dos povos indígenas e a ocupação do território

²⁴.

As terras brasílicas desde a descoberta e dominação portuguesa, passaram a ser consideradas propriedades da Coroa Portuguesa. Tendo sob seu poder estas terras, a partir de 1530 os portugueses começam a distribuir grandes pedaços de terras a pessoas de sua confiança, as quais compunha a corte portuguesa. Assim como a ocupação do território fazia-se importante, também o projeto evangelizador das terras brasílicas foi almejado.

Conforme Riolando Azzi, a conquista da fé é iniciada em meados do século XVI, e processa-se dentro da perspectiva medieval de conquista do território para a fé católica²⁵. O objetivo traçado por eles seria o de estabelecer na Terra de Vera Cruz uma colônia, a qual estaria sendo controlada pelos monarcas lusitanos sob a condição da implantação da fé católica.

O plano dos portugueses a princípio era de legitimar a conquista das novas terras colocando-as sob seu selo de propriedade como também converter os habitantes da terra a cristandade. Desta forma, cabia a Igreja levar aos gentios a aceitação e dominação política e religiosa da metrópole e competia às tropas militares garantir através da força a conquista do território.

Para tal conquista, existia uma política colonizadora, a qual reunia vários aspectos formadores de uma sociedade, como o social, econômico e cultural. Contudo, estes aspectos estavam ligados aos elementos religiosos²⁶, os quais legitimavam o conjunto dos fenômenos que compõe o processo de conquista como também da colonização.

²⁴ AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. p. 13.

²⁵ Idem. p. 14.

²⁶ LUSTOSA, F. Oscar de Figueredo. **A presença da Igreja no Brasil**. São Paulo: Editora, 1977.

I.I A CONVERSÃO DOS POVOS NATIVOS

Os primeiros missionários da Companhia de Jesus que desembarcaram na América seguiam o grupo comandado pelo primeiro governador geral da colônia portuguesa, o costumeiramente conhecido por Tomé de Souza, em 1549²⁷. Estes religiosos que aportaram nas terras brasílicas, professaram e ensinaram distintas metodologias de catequese, almejando principalmente converter a população indígena ao cristianismo. Os espaços de catequese permitiam a inserção dos religiosos na vida da comunidade e na rotina indígena, fazendo-os adquirir cargos de párocos, juízes e administradores.

A conversão dos povos indígenas distribuídos pelas diversas partes do Império do Além-Mar foi um fator singular e imprescindível do expansionismo lusitano. Embora, esta fosse uma característica comum da presença lusitana no além-mar, a maneira pela qual se constituiu a missão em cada parte do Império atingiu as suas singularidades e particularidades. Nas terras brasílicas, a missão estabeleceu-se em volta das “aldeias”²⁸.

Para Eduardo Hoornaert, os aldeamentos foi talvez a experiência mais positiva da presença dos missionários jesuítas no Brasil colonial:

(...) os aldeamentos, também chamados missões, aldeias, reduções. A importância do assunto depreende-se do fato de que a experiência dos aldeamentos, que não se limitou ao sul do país, nem à Região Amazônica, mas se estendeu também por numerosas áreas do litoral (com exceção das faixas litorâneas entre Bahia e São Paulo e entre Paraná e Uruguai) e mesmo no interior (com exceção de Minas Gerais), foi talvez a experiência mais válida que partiu da instituição eclesiástica, até hoje²⁹.

Com a expansão do projeto evangelizador, a penetração territorial chega a Sergipe D' El Rey, em 1575. É sob o comando do padre Gaspar Lourenço³⁰, que se fundam as Missões de *São Tomé, São Paulo e Santo Inácio de Loyola*. Através desta iniciativa do padre Lourenço, os portugueses tentam então adentrar o solo sergipano, com o objetivo de converter as almas e catequizar os indígenas.

²⁷ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950. 10 v.

²⁸ Povoações onde os nativos eram agrupados e organizados para o ingresso na vida cristã através da catequese e da disciplina diária.

²⁹ HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800)**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 15.

³⁰ ALMEIDA, Padre Aurélio Vasconcelos de. Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe: Padre Gaspar Lourenço. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 21, 1951-1954.

Contudo, as missões se consolidam a partir da seleção de alguns territórios, os quais seriam utilizados para a construção de novas moradas para os nativos, resultando assim, na formação dos primeiros aldeamentos. Tomada esta atitude cria-se uma zona privilegiada de encontro entre a cultura europeia e as diferentes culturas indígenas, os jesuítas possibilitam um efetivo avanço da colonização portuguesa nas terras da colônia.

.Nos aldeamentos, a instrução da doutrina era acompanhada pela constante luta dos missionários contra as tradições culturais indígenas tidos como opostos ao cristianismo, como afirma o historiador e teólogo Riolando Azzi:

(...) as populações indígenas não eram vistas apenas como carentes da fé, mas imbuídas de uma concepção de mundo que deveria ser abandonada, porque perniciosa, devendo ser substituída por uma nova leitura da realidade oferecida pela fé católica ³¹.

Passaram-se dois séculos e, religiosos de diferentes ordens como também do clero secular, procuraram converter e tornar cristãos os milhares de habitantes nativos da região que viria a constituir e ser conhecida por *Brasil*. O método de catequização ou conversão dos nativos consistia em três aspectos como assina o historiador Fabrício Lyrio:

(...) a instalação do aldeamento, que podia se dar pela construção da igreja e da residência do missionário em uma aldeia indígena já existente ou em um novo sítio destinado para isso; a catequese propriamente dita, que consistia no ensino dos rudimentos da fé e na preparação para o batismo; o “descimento”, ou seja, o deslocamento de novos grupos indígenas para as povoações já estabelecidas, visando concentrar a catequese nesses espaços ³².

Esta metodologia, ou melhor, esse modelo de catequese fundamentado no aldeamento não foi trazido pelos missionários da Companhia de Jesus para a América Portuguesa. Este método foi na realidade derivado de um processo de adequação da catequese à realidade e necessidade local. Assim, formulam um modelo de catequese que encaixaria as circunstâncias e que também atingisse os seus objetivos.

³¹ AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. p. 13. p. 20.

³² SANTOS, Fabrício Lyrio. **Da Catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2014.

Os primeiros missionários jesuítas desembarcaram na América, conduzidos pelo padre Manoel da Nóbrega, eles faziam parte da *Companhia de Jesus*. Esta ordem religiosa havia sido formada pouco tempo antes de ser convocada. Ela por sua vez, ficou encarregada de converter os povos pagãos e gentios das terras recém-descobertas pelos navegadores portugueses³³.

Seu fundador, Inácio de Loyola, personagem que determinou e formulou o propósito do grupo que ele havia constituído em uma pequena súplica que serviu de base para a aprovação papal, em 1540, por meio da bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, de Paulo III³⁴. A da bula *Regimini Militantis Ecclesiae* é o documento que revela Inácio de Loyola e seus pupilos, chamados por “jesuítas”. Cada um desde o início tinha uma concepção ampla do que seria a missão, esta entendida geralmente por termos globais. A presente ordem religiosa esteve localizada nas mais diversas partes do Império Ultramarino, aspecto este que levou seus integrantes a moldar seus artifícios missionários.

Neste contexto, a missão da Companhia de Jesus na América Portuguesa era a salvação dos povos indígenas, este era o objetivo chave da conquista das terras brasileiras³⁵. Os religiosos da Ordem da Companhia de Jesus creram no seu principal objetivo, o qual era converter os nativos através dos métodos que exercitavam na Europa. Vários foram os métodos difundidos por eles, contudo, os que mais se destacaram foram à pregação da palavra e o ensino da doutrina. Todavia, tanto o conteúdo e a forma de seus discursos tiveram que adaptar-se aos novos cristãos.

Dentre tantas metodologias e estratégias utilizadas pelos primeiros missionários, estes empreenderam esforços no sentido de comunicar-se com os gentios no idioma nativo. Assim, colaboraram para a concretização e formação da “língua geral”. Neste contexto, os jesuítas foram agraciados, como afirma Fabrício Lyrio, do litoral ser quase todo habitado por grupos de um mesmo tronco linguístico, o Tupi³⁶.

O corpo missionário, não compreendia que seu ministério estivesse focado apenas para a catequese e conversão dos índios, apesar de este ter sido sua finalidade basilar. Todavia,

³³ ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. **Linha de fé: A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI-XVII)**. São Paulo: EDUSP, 2011, pp. 45-57.

³⁴ O documento “Formula do Instituto” encontra-se no decreto de Paulo III. **CONSTITUIÇÕES** da Companhia de Jesus. São Paulo: Loyola, 1997, p. 21-31.

³⁵ HANSEN, João Adolfo. “Serafim Leite: História da Companhia de Jesus no Brasil”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org). **Introdução ao Brasil: Um banquete no Trópico**. Vol. 2. São Paulo: SENAC, 2002.

³⁶ Cf. SANTOS, 2014; p.47

propuseram-se também à administração dos sacramentos, tanto dos nativos quanto dos colonos, vista a constante falta de religiosos, sacerdotes e párocos na nova terra.

Contudo, a estadia dos jesuítas nas terras brasílicas deveria servir para abrandar as agitações e auxiliar os colonos a concretizar a presença do Império luso no litoral da terra descoberta. Por outro lado, os nativos que se comportassem na presença dos colonos e jesuítas tinham a ordem de ser bem tratados, beneficiados e protegidos sob toda circunstância que fosse necessária para então conservar o elo entre os lusitanos.

Já os nativos considerados cristãos deveriam viver separados dos demais, morando em aldeias ou povoações próximas dos colonos portugueses, para que seus filhos fossem doutrinados e instruídos na religião cristã. Entretanto, este é um primeiro aspecto a respeito dos aldeamentos. Em outro ângulo, as medidas de pacificação e catequese, no entanto, era o tratamento rigoroso a ser dado contra os que se opusessem à presença colonial ou ao cristianismo, os quais deveriam ser combatidos e escravizados.

Diante deste contexto, percebem-se diversos aspectos que diferem culturalmente colonos europeus dos povos nativos, nos registros dos primeiros relatos feitos pelos jesuítas pareciam reafirmar as esperanças iniciais, adequadas à catequese. A afirmação de Riolando Azzi exemplifica este contexto:

(...) os europeus, de sua parte, esforçavam-se por criar uma cultura onde se expressasse o mais possível a separação do mundo natural. Estar inserido na natureza era visto pelos missionários como uma forma de animalidade, de forma alguma condizente com a natureza espiritual do homem. Por essa razão, a tarefa missionária era transformar esses seres animalizados indígenas em verdadeiramente humanos, para que pudessem receber a mensagem divina.³⁷

Aliás, os hábitos culturais de índios e europeus eram diferenciados e este detalhe revelou-se uma limitação frente os objetivos dos religiosos. Já para os nativos, era importante a permanência da prática de seus costumes, apesar de, visivelmente, acolherem com facilidade a nova doutrina. Dessa forma, a missão dos jesuítas passou a recair mais sobre a mudança de costumes do que sobre a conversão ou o aprendizado da doutrina. Fez-se fundamental, para os religiosos da ordem, que os nativos abdicassem do nomadismo, da poligamia, da

³⁷ Cf. AZZI: 2008:21

antropofagia, e de outros aspectos importantes de sua tradição cultural, para então serem assumidos como cristãos.

Os aldeamentos foram nesta conjuntura:

(...) uma solução pensada a partir dessa necessidade de controle sobre os povos indígenas. Os índios aldeados eram proibidos de praticar a antropofagia, guerrear sem licença do governador e recorrer aos seus líderes religiosos tradicionais, cujas atribuições foram sendo paulatinamente incorporadas pelos próprios missionários. Enfim, os aldeamentos permitiram aos missionários a realização de um trabalho cotidiano de catequese, apoiado pelas autoridades civis da colônia.³⁸

A ação dos missionários foi favorecida através do ordenamento político imposto pelo governador, o qual auxiliou na contenção dos conflitos internos, como também na reunião e fixação dos índios nos aldeamentos. Ainda, a oportunidade de conviver com os nativos, em outras palavras, constituir igreja e residência nas aldeias facilitava a sua entrada no cotidiano e na vida social das populações indígenas. Os jesuítas auxiliados pelo poder do clero secular, vislumbraram a possibilidade de criar uma rotina de catequese e ensino que lhes possibilitava não apenas converter os índios e convencê-los a aceitar o batismo, mas, também, modificar-se paulatinamente a sua rotina diária e suas tradições.

O aldeamento foi o principal local que sofreu transformações, a instauração das casas, a instalação central adotada pela igreja (costumeiramente, tendo dois aspectos marcantes, à frente um cruzeiro e uma enorme praça). Contudo, faz-se uma divisão das atividades diárias, estabelecendo funções produtivas, como também de aprendizado, sendo assim, a rotina nos aldeamentos estava para além dos conteúdos doutrinários e culturais conduzidos pelos jesuítas, este tipo de metodologia contribuía para instituir novos costumes, novas percepções de espaço, família, vida, religião, moradia, tempo, trabalho, modo de produção e sobrevivência, modificando e transformando cada aldeia em um verdadeiro e grandioso “projeto pedagógico/metodológico total”, cujo era o maior objetivo dos missionários.

³⁸ Cf. SANTOS; 2014;48

I.II- OCUPAÇÃO TERRITORIAL

A partir da fundação de freguesias, vilas e núcleos de povoamento, por volta do século XVI, os colonos vindos da metrópole portuguesa consolidaram sua aparência em diferentes e variados locais, principalmente do litoral e concretizaram seu domínio sobre os nativos, avançando e adentrando pouco no interior do território.

Os primogênitos e pioneiros aldeamentos formados e estabelecidos pelos jesuítas estavam localizados próximos aos núcleos coloniais. Entretanto, já na metade do século XVII, tanto colonos como os catequizadores avançaram terra adentro, consolidando a ocupação dos chamados “sertões”.

Tal empreitada fez com que grupos indígenas ignorados e escondidos fossem afrontados, convertidos e catequizados. Dessa forma, alguns grupos, foram denominados e ficaram conhecidos popularmente como os “tapuias”, estes foram deslocados para os aldeamentos situados no litoral, com o objetivo de povoar novamente estas terras. Todavia, a maioria dos aldeamentos permaneceram nos sertões durante mais de cem anos.

Contudo o que é este “sertão”? ; “Sertão” é uma metodologia ou medida que caracteriza a colonização lusitana. Está medida foi aplicada por diferentes regiões e com particularidades, tendo em comum apenas o distanciamento em relação ao litoral. Vários são os significados e interpretações para a denominação “sertão”, muita das vezes com interpretações parecidas, como podemos perceber no Dicionário Houaiss;

1.região agreste, afastada dos núcleos urbanos e das terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, afastado do litoral. 3. A terra e a povoação do interior; o interior do país. 4. Toda região pouco povoada do interior, em especial, a zona mais seca que a caatinga, ligada ao ciclo do gado e onde permanecem tradições e costumes antigos. (...).³⁹

Já no Dicionário Aurélio corresponde a;

1.Região agreste, distante das povoações ou terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, longe do litoral. 3. Interior pouco povoado. 4. Bras. Zona pouco povoada do interior do país, em especial do interior semi-árido da parte norte-ocidental, mais

³⁹ HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva (Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.), 2001.

seca do que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura, e onde perduram tradições e costumes antigos.⁴⁰

Nos primeiros passos da colonização, denominava-se assim qualquer região ou lugar, mesmo que próxima a uma vila, freguesia ou povoação, desde que não tivesse diálogo com o litoral. Por volta de 1557, por exemplo, Manoel da Nóbrega refere-se à uma aldeia denominada São Sebastião, da seguinte forma: “os missionários que nesta aldeia residem, se mantêm das esmolos dos índios, porém não deixam de padecer muita falta, porque esta aldeia não está junto do mar, mas pelo sertão um pedaço”⁴¹.

Com o adiantar da colonização que cada vez mais se ampliava os limites existentes entre litoral e sertão se multiplicava pelo interior do território, e sua fronteira recuava progressivamente. Em meados do século XVIII, todavia, a ocupação da colônia compreendia uma região bastante extensa, de norte a sul do território, acompanhando os cursos dos rios e os caminhos que se abriam frente à promessa de riquezas que impulsionavam as entradas e expedições para o interior do território, o desbravamento das matas e a conquista dos povos nativos.

Nas terras de Sergipe D’El Rey a colonização será tentada através de uma aliança entre o estado lusitano por meio de seus colonos como também através dos latifundiários, principalmente através de Garcia D’Ávila. Portanto, teria sido Garcia D’Ávila o principal incentivador para que Luis de Brito conquistasse as terras de Sergipe. É justamente na formação e conquista do território sergipano que as narrativas sobre o sertão aparecem sempre associadas a diferentes significados, nem sempre coesas entre si ou harmônicas com a realidade, todavia tributários da dualidade essencial que o contrapunha ao litoral, em outras palavras, a região ocupada pelas principais fortificações, freguesias, vilas e cidades coloniais, geralmente eram litorâneas ou localizadas em terras que se comunicavam naturalmente com o mar.

Por outro lado, o sertão estava fincado no coração do continente, principalmente, em distância variável da costa marítima, o sertão resistia em ser explorado ou desbravado por completo. Este universo do sertão representava o ignoto, o imensurável, refúgio de grandes perigos e como ainda das maiores riquezas, reais ou idealizadas, que se poderia imaginar do território. Percebe-se variados e diversificados fatores quando aborda-se o sertão, contudo, o

⁴⁰ FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

⁴¹ NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

sertão tornou-se o lugar por acepção da atuação dos missionários jesuítas. Ao caminhar por este período colonial, nota-se que houve uma intensa assimilação entre sertão e catequese. Isso pode ser constatado, por exemplo, em uma interessante notícia escrita por Gabriel Soares de Souza, sobre o contexto de Sergipe D’El Rey. No trecho referente, o sertão aparece como espaço de riquezas como também destinado às missões, “pelos sertões deste rio há muito pau-brasil, que com pouco trabalho todo pode vir ao mar, (...) e aldeias de missões religiosas”⁴².

Existia uma forte representação da distribuição dos missionários pelo território colonial, percebe-se assim através das revelações recorrentes na documentação, desta maneira confirma-se a presença de uma intensa identificação entre sertão e catequese.

I.III- A IGREJA CATÓLICA EM SERGIPE

O principal objetivo e manutenção dos aldeamentos era a catequese dos indígenas. Contudo, não se pode afirmar que os jesuítas desejassem, desde o começo, administrar os nativos ou governar as aldeias. Na realidade esse papel que acreditavam competir ao governador e às autoridades civis, que necessitariam estabelecer sua autoridade sobre os indígenas, colaborando então, para a conversão.

E foi sob este cenário de luta pelo controle das populações indígenas das terras sergipanas, que os jesuítas irão se antecipar com o pretexto de atender aos apelos dos que residiam em Sergipe. E assim, em janeiro de 1575, o Padre Gaspar Lourenço, um homem de grande conhecimento da língua indígena, e seu irmão João Salônio se fixaram na região do Rio Real. Desta feita, a presença da Igreja Católica paira sobre os ares desta terra. Iniciam, as suas missões com a fundação da Missão de São Tomé (provavelmente, onde hoje localiza-se a cidade de Santa Luzia) .

E a catequese continuou, com a criação de uma pequena Igreja de pindoba, cuja foi consagrada a Nossa Senhora da Esperança. Avançaram sua peregrinação para as Missões de Santo Inácio, localizada as margens do Vaza-Barris (possivelmente onde hoje localiza-se a cidade de Itaporanga D’Ajuda), todavia, estas terras aparentemente já tinha dono, o cacique Surubi. Já a outra missão de São Paulo, pertencia ao cacique Serigi. Nestas regiões estava

⁴² SOUZA, Gabriel Soares de. **Notícia do Brasil**. Edição patrocinada pelo Departamento de de Assuntos Culturais do MEC, 1974.

concentrada uma grandiosa população de nativos, a qual era liderada pelos caciques, Serigi, Surubi e também o cacique Aperipê.

O jesuíta vinha até Sergipe exercer a sua atividade silenciosa e hábil, a qual, na mais era que o cumprimento fiel dos preceitos da Ordem, tendentes, a assenhorearem a face do planeta. O insucesso dos primeiros padres jesuítas desanimou qualquer investida que não fosse acompanhada de imediatas garantias, e a essa ocasião muito bem amparados se mostravam os intentos da Companhia.

O clero, ao invés de contribuir para a boa marcha dos negócios públicos, tratava de sua sempre crescente ambição, insuflando os colonos, os escravos os proprietários uns contra os outros, a fim de tirar proveito das dificuldades gerais, para o aumento do valioso patrimônio da Ordem. Cientes do poderio que exerciam, os padres, principalmente os da Companhia de Jesus, colocavam em prática todos os meios para o conseguimento do maior numero de doações e benefícios em seu proveito. Eram gerais em toda a capitania que então se compunha dos aldeamentos e das freguesias as reclamações contra o procedimento do clero, autoritário e insolente.

Tendo conhecimento dos aldeamentos, os missionários começaram a pregar a difundir a doutrina cristã. Com a criação de escola, edificação de Igrejas, através das catequese, os padres que em Sergipe fincaram propagavam seu principal objetivo, cujo era a difusão da fé cristã, em outras palavras, a catequese dos indígenas.

No entanto, está Igreja que chega ao Brasil ela possui alguns aspectos que não podem ser ignorados, para uma melhor compreensão deste projeto missionário. A Igreja neste contexto estava a passar por uma grande reforma, a chamada Reforma Tridentina do século XVI. Por sua vez a Igreja Tridentina, deu ênfase e importância aos aspectos aparentes e concretos da fé. Esta mentalidade dominou durante muito tempo a simbologia que formava a fé cristã. Por isso, a Igreja colonial foi pensada, organizada e marcada pelo culto exterior, um culto preocupado em se manifestar por meio das festas, procissões e romarias.

Com a Reforma Tridentina, a Igreja buscou constituir uma sociedade perfeita instalada nos diversos lugares e estados. Sendo assim, todos estes conceitos de missão, catequese e evangelização destes povos e nativos, está incutido dentro do ideal de construção e formação de uma sociedade cristã. O conceito de missão está intimamente ligado ao cordão umbilical dos sinais dos sacramentos, ou seja, uma evangelização que através dos sacramentos como, batismo, matrimônio e tantos outros uma forma de criar esta sociedade cristã. Portanto, é

possível que o conceito de sociedade cristã, tenha inspirado as diversas experiências dos jesuítas nos aldeamentos indígenas.

Pode-se observar melhor este contexto de uma fé firmada sobre as manifestações e pelos atos de fé, através da afirmação de Riolando Azzi:

Dominam no Brasil colônia as manifestações públicas da fé. Os nascimentos, os casamentos, os enterros, as recepções, procissões devocionais, romarias e os festejos estão sempre marcados pelas cerimônias cristãs⁴³.

Todavia, existia também o outro lado da moeda, havia uma grande preocupação em separar e deixar bem definida as manifestações de fé católica de outras manifestações religiosas, as quais muita das vezes eram consideradas menos ortodoxas. Neste cenário apenas a fé católica é aceita e também reconhecida. Apesar da fé cristã era a que poderia vigorar, devido os costumes trazidos pelos portugueses, os quais são cristãos, a culturas e costumes indígenas também estavam em cena, porém a tradição dos nativos fosse considerada pagã e gentílica.

A Igreja Católica em Sergipe recebe o ideário que para ser cristão, era necessário adotar a cultura portuguesa. Por este motivo, não houve nenhuma preocupação quanto a forma de ser e pensar o indígena, de compreender a sua realidade, mas o que sobressai é um sentimento que estas sociedades gentílicas estão submersas a um atraso cultural e envolvidas por um mundo de trevas pagão. É justamente este tipo de pensamento que vigora.

Sergipe D'El Rey é um ótimo exemplo desta presença cristã, pois as terras conquistadas pelos lusos tornaram-se cristãs, justamente pelo fato de as terras habitadas pelos índios serem consideradas território em que o mal pairava. Desta forma, a conquista das novas terras constituía-se por meio da cruz e de outros símbolos cristãos, quer sem capelas, igrejas, oratórios e ermidas. Um exemplo deste cenário pode ser relembrando, pois quando Gaspar Lourenço ergue a missão de São Tomé, preocupasse justamente com a construção de uma Igreja, assim poderia registrar a conquista daquela região, ou seja, a construção tanto de Igrejas como de Capelas torna-se marca de conquista em dimensões nunca antes galgadas na história do cristianismo até este período. Estas construções religiosas eram o reflexo e garantia do domínio sobre os indígenas.

⁴³ AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. p. 13. p. 156.

Um dos principais papéis desta Igreja Católica é além de garantir tal domínio, mas uma forma de legitimar este processo de conquista e colonização. Assim, o empreendimento colonizador português criou três mecanismos norteadores deste projeto. Inicialmente, é difundido “o espírito da cruzada” ⁴⁴, com o grande objetivo de expandir a fé e converter os infiéis. Outra metodologia foi o Padroado, cujo unia os poderes temporais e os poderes espirituais. E por fim outro mecanismo foi à criação de uma fiscalização e controle feita pela Igreja. Criando a Mesa da Consciência e Ordens, como também o Conselho Ultramarino. Portanto, a Igreja representou uma instituição responsável por legitimar os objetivos e pretensões do Estado.

⁴⁴ LUSTOSA, Oscar F. **A presença da Igreja no Brasil**. São Paulo: Editora Cura LTDA, 1977.

CAPÍTULO II

UMA CAPITANIA EM CONSTRUÇÃO: VILAS, FREGUESIAS E PARÓQUIAS

Sergipe D'El Rey era um dos reflexos das transformações que o período colonial proporcionou. Mas, que Capitania é esta? Como está Capitania se construiu? Sergipe, terra constituída desde parte da Bahia de Todos os Santos até a parte do rio São Francisco, ao sul e ao norte, e restringida pelo Atlântico a leste, penetrada pelas caravelas lusas de Cabral descobriram em 1500. Em 26 de agosto de 1534 foi doada pelo senhor D. João III, a Francisco Pereira Coutinho, o qual teria o compromisso de cuidar das terras sergipanas, como também explorar suas riquezas. No entanto, foi justamente esta atitude do rei de doar as terras e não a própria coroa Portuguesa, que determinou que as terras sergipanas se chamasse mais tarde Sergipe D'El Rey.



FIGURA 2 – Capitania de Sergipe D'El Rey⁴⁵

⁴⁵ Livro que dá Razão do Estado do Brasil no Governo do Norte somente asi como o teve Dõ Dioguo de Menezes e Sá até o anno de 1612. Documento encontrado no IHGRJ- Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

II.I VILAS, FREGUESIAS E PARÓQUIAS

Uma Capitania que estava dando seus primeiros passos, e que formaria e ergueria vilas, freguesias e paróquias. Todavia, quando fala-se vila, o que significaria? Vilas seriam unidades urbanas menores que as cidades, mas que contavam com juízes, câmaras e pelourinho⁴⁶. As primeiras vilas indígenas foram instituídas durante o reinado de Dom José I (1750- 1777), que teve na figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal⁴⁷, que por sua vez era o representante legítimo da política elucidada do despotismo esclarecido.

A Coroa Portuguesa, trazia em sua bagagem as suas raízes e costumes. Como por exemplo as “cidades” nas Ordenações do Reino Português eram tidas como verdadeiras “capitais”, as quais eram consideradas como a cabeça, o princípio, e a fonte, por onde se formaria tantas outras coisas, quer dizer, que as cidades seriam dilatações do aparelho estatal, seria os braços da Coroa, tanto no reino ou como nas distantes conquistas ultramarinas. Assim, estar nos arredores e sob a competência de uma cidade expressava ser parte de um reino ou império. Por isso, não é obra do acaso, exclusivamente, a Coroa ter o privilégio de estabelecer cidades em suas jurisdições.

Durante o Brasil Colonial, as ordens de poder constituíam-se hierarquicamente em instituições radiadas através das cidades reais. Por meio dos moldes e padrões portugueses, as jurisdições administrativa, jurídica e eclesiástica sobrepunham suas terras no espaço. Contudo, as vilas possuíam um papel hierarquicamente menor que as cidades, mas por outro lado, superior às capelas e freguesias. Elas eram igualmente, tentáculos metropolitanos no projeto de Conquista, desempenhando papéis diversificados na lógica da rede urbana. Porém, a rede eclesiástica antecedia a rede civil e, em termos jurídicos, ficava reprimida a ela.

Por meio da Igreja, de suas jurisdições de base, intimamente unidas às do próprio Estado, a institucionalização de povoados dispersos dava-se, primeiramente, pela oficialização de sua ermida. Dessa forma, a elevação de uma sociedade ao estatuto de capela curada expressava a promoção de uma região comum a núcleo de povoamento reconhecido e legitimado pela Igreja e como ainda garantia a visita de um pároco. De tal maneira, tanto o acesso à ajuda religiosa como o reconhecimento de fato e de direito perante a Igreja. Percebe-

⁴⁶ SILVA, Antonio Moraes da. **Diccionario da Língua Portuguesa**. Composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1798.

⁴⁷ FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina**. São Paulo: Ática, 1982.

se, a forte ligação empreendida entre a formação de um núcleo de povoamento com a religião, ambos estavam intimamente ligados.

Já a elevação à categoria de freguesia assegurava a aquisição do batismo, do matrimônio, da acolhida aos enfermos, dos sacramentos, dos registros de nascimento, de matrimônio, de óbito, com todas suas implicações jurídicas e sociais. Como também o acesso ao rito litúrgico, à elevação de uma capela a freguesia provocava em uso da formalidade civil. Ainda na freguesia, a remota ermida recebia a nomenclatura de matriz. Para justamente a freguesia que se conduzia a população das capelas curadas adjacentes, para adquirir o registro de nascimentos, casamentos e óbitos. Apesar disso, em caso de algum auxílio jurídico, ambas capela ou freguesia, recorriam à vila de cujo termo faziam parte. A ascensão ao estatuto de vila denotava acesso à outra categoria institucional e à autonomia política e administrativa.

Para levar adiante, como se formava uma paróquia? Como está surgiu? O historiador Luís da Câmara Cascudo apresenta uma das origens da paróquia como jurisdição eclesiástica:

Nos séculos III-IV ‘paróquia’ era uma província ou grupo de províncias dirigida por um alto funcionário, o ‘Vicarius’ Imperial, no Direito Público Romano. Com a expansão da Igreja, depois do Edito de Milão, ano de 312, [313] as populações rurais deviam ser atendidas justamente em seus territórios distanciados das cidades e entregues à pecuária e agricultura. Os sacerdotes que se fixaram nestas regiões do interior europeu fornecendo o alimento da palavra sagrada, ministrando os Sacramentos, foram os ‘párocos’ em nova atividade espiritual, em vivo e perpetuo interesse aos cristãos espalhados pelos campos de plantio e criação. Desde o século IV estas paróquias multiplicaram-se pelo Oriente e Ocidente, tendo terras limitadas para cada jurisdição entregue aos cuidados, desvelos e assistência de um ministro do altar, um presbítero, etimologicamente velho e venerável.⁴⁸

Conforme a afirmativa de Cascudo, pode-se compreender, como o século IV foi um momento no qual constituíram-se as paróquias e daí começaram a se multiplicar, tanto no oriente como ocidente, e com o passar dos séculos chegaram ao Novo Mundo. No Brasil Colônia, as paróquias foram instituídas por uma determinação pautada pelo padroado da coroa, com a adoção de um pagamento feito pelo governo português através da folha eclesiástica para o custeamento do vigário e também, de um padre coadjutor, sendo chamada paróquia. Um dos mecanismos empregados na instituição de uma paróquia constituiria um empreendimento dos bispos, em função da densidade populacional e da disposição dos

⁴⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, [s.d].

habitantes da mesma em assumir a responsabilidade dos ônus de conservar um vigário encomendado.⁴⁹

Contudo, a instituição de paróquias e dioceses no Brasil é considerada extremamente lenta, como assina o historiador Eduardo Hoornaert,

A organização das dioceses e paróquias foi muito lenta e sua influência sobre o catolicismo vivido no Brasil bastante reduzida. Entre 1551 e 1676 o Brasil só tinha uma diocese, a de Salvador da Bahia. Nos anos de 1676 e 1677 foram criadas mais três dioceses: Pernambuco, Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão, a última diretamente dependente de Lisboa.⁵⁰

Pelas terras da América lusa existiam, deste modo, tanto paróquias urbanas, como ainda paróquias rurais. Porém, havia uma maioria das instituições rurais, na qual as capelas estavam muitas vezes bem distantes da igreja matriz. Destaca-se que em meados do século XVIII, as expressões paróquia e freguesias eram sinônimas. Conforme Harold B. Johnson Júnior, há três elementos importantes que competem para o funcionamento, da paróquia: a igreja matriz; a figura do vigário e por ultimo o próprio povo.⁵¹

Compreendidos alguns conceitos e origens, objetiva-se pensar o papel da Igreja Católica na formação destas vilas, freguesias e paróquias, pensando a relação existente entre o Estado e a Igreja durante o período colonial, sendo que esta afinidade está intimamente ligada à formação dos espaços urbanos.

Desde o surgimento – e a partir da própria gênese dos núcleos – os assentamentos coloniais expressam as precisas determinações eclesiásticas, não contrapostas ou sequer canalizadas por instrumentos equivalentes do poder temporal, mas aceitas pela importação dos costumes e das práticas do reino.⁵²

Ronald Raminelli⁵³ também possibilita a compreensão desta ideia, entretanto, pensa o espaço urbano como um ambiente no qual podem ser formadas vilas coloniais. Segundo o mesmo autor, as vilas desempenhavam um papel fundamental, principalmente, como

⁴⁹ NEVES, Guilherme Pereira das. Administração eclesiástica. In: **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994. p. 22-24.

⁵⁰ HOORNAERT, Eduardo. **A História da Igreja no Brasil: 1550-1800**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Tudo é História, n. 45)

⁵¹ JOHNSON JÚNIOR, Harold B. **Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII**. (Conferência dada na Universidade Nova de Lisboa em 11 de novembro de 1985/ <http://people.virginia.edu/~hbj8h/modelo.pdf>)

⁵² MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, Terra de Quem?** São Paulo: Nobel, Editora da USP, 1991. pg. 11

⁵³ RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do Espaço Urbano Colonial. In: VAINFAS, Ronald. (Org) **América em Tempo de Conquista**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1992.

mediadora da vivência política dentro da colônia, como ainda religiosa, em condição de vigilância das consciências.

Apesar da realidade vivenciada pelas terras de Sergipe D'El Rey não comungarem dos parâmetros seguidos pela corte espanhola, o historiador Claudefranklin Monteiro destaca de maneira objetiva em sua tese o pensamento de Raminelli, o qual entende este molde como uma possibilidade de compreensão, ou melhor, como um norte para compreender a nossa realidade colonial, uma vez que as duas realidades foram construídas pelas mesmas tradições culturais: o Estado e a Igreja.⁵⁴

Desta feita, justifica-se a necessidade de compreender e analisar a formação destas 7 vilas, alinhadas a realidade da Igreja Católica, cuja desenhou e estruturou através de suas tradições e costumes as primeiras vilas do território sergipano.

A História da Vila de São Cristovão, da Vila de Santa Luzia do Piagui, da Vila de Nossa Senhora do Socorro do Thomar, da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, da Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, da Vila de Santo Amaro das Grotas, da Vila Nova Real do rio de São Francisco, da Vila de Propriá, estão fortemente marcadas na essência de sua formação por traços, símbolos e laços da Igreja Católica. Conforme Claudefranklin Monteiro é na figura do padre que se apresenta não só o agente religioso, mas também o agente sociopolítico, tendo sido decisivo em ações que fomentaram seus principais acontecimentos. Para o autor, esta prerrogativa não só determinou a sua identidade, como também marcou de maneira decisiva a sua constituição, formação e desenvolvimento.

⁵⁴ SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **A Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): Limites e Contradições da Romanização**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

CAPÍTULO III

“DEVOÇÕES CATÓLICAS SERGIPANAS: PRIMÓRDIOS DE UMA FÉ MARIANA”

O Brasil nasceu sob o signo da cruz, se organizou, cresceu e tem prosperado, sempre protegido pela Mãe Santíssima, afetuosamente venerada e evocada com muitos títulos belos e expressivos.⁵⁵

Vive-se o “Século de Maria”, nunca como hoje sua presença tem sido tão marcante em meio à sociedade, são mensagens elaboradas em honra a Virgem, lágrimas dedicadas a Ela e gestos de Devoção pela Virgem Maria. Legitimam uma devoção que atingiu há muito tempo atrás o seio das terras e vilas sergipanas. Assim, como uma devoção se mantém tão viva até hoje? Para isso faz-se necessária à compreensão das suas origens e história.

As devoções a Virgem Maria chegaram às terras brasileiras com os portugueses implantada dentro do cenário da colonização e consequente processo de catequização. Tal simbolismo está fincado na imagem da mãe protetora, que em determinados momentos “aparece” para proteger e avisar seus devotos acerca das ameaças do mundo, esta devoção foi apreendida pelas forças eclesiásticas e sua necessidade de expor uma tradição oficial em harmonia com uma concepção de purificação e domínio das devoções entendidas como impróprias.

Portanto, um dos mecanismos utilizados como estratégia eclesiástica foi a de estabelecer a Virgem como padroeira e intercessora das vilas, do País, dos Estados e dos Municípios. Nessa conjuntura os municípios possuem duas datas para celebrar sua vivência: a de sua fundação e a de seu padroeiro. Isso permite mais uma vez pensar a ligação existente entre a formação da vila, pois comemora-se o dia da sua fundação, como também a presença da religião, intimamente ligada pela comemoração a devoção de seu padroeiro.

O catolicismo no Brasil tem dentro de suas entranhas enraizado a devoção a Maria e a tantos santos. Como por exemplo, os santuários dedicados a devoção e veneração a Virgem Maria são tidos como grandes referências e recebe anualmente milhares de devotos, e suas devoções a Maria assumem o título de grande crença católica tornando as diversas representações marianas um componente imprescindível de aderência ao catolicismo.

⁵⁵ PIO XII, setembro de 1954.

A devoção a Maria transportada nas caravelas pelos portugueses foi a motivadora da divulgação do catolicismo no Brasil colonial, pós Concílio de Trento, possuindo dois aspectos chaves, ao quais ainda no contexto atual são marcantes por este Brasil regado por diversidades: a institucional e a devocional.

Inicialmente, o catolicismo classificado por institucional, é controlado pela hierarquia eclesiástica, é baseado nas celebrações de missas, a recepção dos sacramentos, dogmas, aprofundamentos teológicos, no qual Nossa Senhora figura enquanto padroeira das cidades e dá nome a várias paróquias. Por outro lado, o catolicismo devocional, composto pelas novenas, romarias, reza de terços, milagres, culto aos santos e aparições marianas, prescinde de discursos elaborados, pois o aspecto lúdico é essencial e o contato com os Santos e a Virgem não se dá via instituição, mas a partir de uma relação íntima e pessoal do devoto com o sagrado.⁵⁶

Nutrido por este contexto, uma vila, uma cidade do interior, uma devoção; quais símbolos as caracterizam? No momento em que se vislumbram as cidades presentes no Estado de Sergipe, percebe-se que a maioria exibe uma Igreja matriz, lugar dos ofícios religiosos e sua praça, cenário da vida habitual. Apontada e nomeada como sendo o núcleo da cidade, ou seja, o centro que move a rotina da sociedade, a Igreja matriz revelava-se enquanto marco fundador; em seus arredores a praça ornada pelo coreto, constrói o cenário onde as devoções são manifestadas.

A Devoção Mariana é tão presente em Sergipe desde a formação de seus núcleos de povoamento, como neste caso, as vilas, pode-se notar as inúmeras denominações que a Virgem Maria recebe, como também os variados títulos, cujos estão reacionados a diferentes particularidades da Mãe de Deus e aos episódios e passagens de sua vida.

A História de Sergipe D'El Rey convive desde seus primórdios sob o deleite da fé a Virgem Maria, como também a Santo Antônio, santo que neste período representava o sentimento de luta e conquista. Dessa forma, as primeiras vilas sergipanas possuem uma simbologia extremamente rica ligada as Devoções Mariana, em virtude dos diversos perfis do nome da Virgem, existem várias conjunturas e aspectos que dependem das representações que a sociedade que compunham estas vilas se apropriaram. Nestes cenários específicos, compreende-se um melhor entendimento sobre a história local destas vilas, visto que, é de

⁵⁶ ANDRADE, Solange Ramos de. **Devoções e santuários Marianos na História do Paraná**. Revista Angelus Novus- nº 3 – maio de 2012, pg. 4

singular importância o entendimento da formação destas vilas, da suas histórias, para assim poder compreender seus marcos devocionais, seja a partir da presença religiosa nestes solos, seja por meio da instituição da Festa do Padroeiro em que a figura de Nossa Senhora é preponderante. Percebe-se a baixo as raízes desta formação:

VILA REAL DE SANTA LUZIA DO PIAGUI – DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

A vila de Santa Luzia possui uma história, por onde ela começa? Através das fontes sabe-se que quando os primeiros colonizadores de Sergipe D’El Rey procuraram implantar em a inculta terra dos primórdios da civilização dirigiram-se à aldeia selvagem do Pyagui, na qual começaram a exercer seu papel. Muito antes da invasão europeia no Brasil, uma comunidade indígena se destacava no sul de Sergipe. Era a nação dos tupinambás. Organizados viviam especialmente da pesca dos rios Piaguy, que depois veio a se chamar Piauí, e Itanhi, depois Rio Real. É nesse ambiente, por volta de 1530, que nasce em Sergipe, São Luiz, hoje município de Santa Luzia do Itanhi.

Santa Luzia surge em um cenário de conquistas das terras sergipanas, conforme afirma Clodomir Silva, têm-se indícios que a colonização de Sergipe tem raízes em Santa Luzia, visto que quando o governador-geral do Norte do Brasil, Luiz de Brito, autoriza o português Garcia d’Ávila à ‘tomar posse’ daquelas terras de Santa Luzia, que ficavam na região sul de Sergipe.⁵⁷

Longo Garcia d’Ávila envia suas tropas para as terras que hoje é Santa Luzia, inicialmente derrotou os indígenas, expulsou os franceses e se estabeleceram no mesmo núcleo de povoamento, dando-lhe o nome de Santa Luzia. Contudo, apesar das presentes informações não se sabe uma data decidida para esta ocupação. Avança-se os dias, porém a povoação de Santa Luzia foi logo abandonada pelo fazendeiro Garcia d’Ávila.

Contudo, a presença da Igreja Católica adentrou o cenário desta povoação, com a chegada do Padre Gaspar Lourenço e seu irmão de hábito, João Solônio, por volta de 1575, adentram o povoado abandonado por Garcia d’Ávila e reconquistado pelos índios. Os religiosos trouxeram alguns colonos e um grupo de soldados comandados pelo capitão Luiz

⁵⁷ SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1920.

de Brito, além de várias simbologias cristãs em sua bagagem. Segundo Felisbello Freire⁵⁸, os militares foram mandados contragosto do padre Gaspar Lourenço, que queria conquistar os índios exclusivamente usando o evangelho.

Os jesuítas começam seu projeto de evangelização, erguendo a Igreja de Nossa Senhora da Esperança e fundaram assim a aldeia de São Tomé. A metodologia dos jesuítas foi manifestada com a celebração de missas, terços dedicados a Virgem, novenas e principalmente procissões. Contudo, percebe-se inicialmente neste povoamento uma forte devoção a Virgem Maria e não a Santa Luzia, um dos motivos foi os princípios do Concílio de Trento de devoção a Maria, a valorização a imagem da Mãe protetora destas terras. Unida a presença religiosa de um lado, se formava a povoação de Santa Luzia, se erguendo casas para a moradia e escola para a catequese pelos arredores da Igreja.

A devoção a Nossa Senhora da Esperança era comum por entre o projeto jesuíta que em Sergipe chegou. A devoção a Nossa Senhora da Esperança é muito antiga na História da Igreja. Ela apresenta-se desde os primeiros séculos do Cristianismo. Foi oficialmente reconhecida em 656, no Concílio de Toledo. Das terras de Portugal a devoção à N. Sra. da Esperança foi trazida para o Brasil pelos primeiros colonizadores lusos, porque seu culto e devoção havia se fortalecido no ciclo dos descobrimentos pela intensa fé dos navegadores que, sob a sua proteção, se aventuravam “por mares nunca d’antes navegados”.

Em abril de 1500, Frei Henrique de Coimbra celebrou a primeira missa nas terras brasílicas. E, em meio a um altar improvisado, encontrava-se a imagem de Nossa Senhora da Esperança, que acompanhara a expedição de Cabral, desde Portugal. Um dado que reforçar a forte devoção a Virgem é justamente o fato que foi encontrado na obra de Damião Peres, “História da Colonização Portuguesa no Brasil”, editada no Porto em 1924. Nesta obra, Jaime Cortesão apresenta uma gravura de N. Sra. com a seguinte inscrição: “Imagem de N. Sra. da Esperança, que acompanhou Pedro Álvares Cabral na viagem do descobrimento do Brasil” e juntamente com esta e outras expedições a presença da Igreja Católica era vivida.

Porém, o núcleo de povoamento estava subordinado à freguesia de Santo Antônio de Ipitanga, na Bahia de Todos os Santos. Anos depois, chega àquelas terras o governador-geral do Norte do Brasil, Luiz de Brito. Os índios, mesmo convertidos pelos jesuítas, desconfiaram da chegada do governador e teriam fugido. Luiz de Brito, muito inábil, entendeu que a fuga representava um rompimento das relações de paz.

⁵⁸ FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes, 1997.

Todavia, a jesuíta e meia dúzia de colonos resistiu num povoado arrasado pela guerra. Em 1698, a Aldeia de Santa Luzia criada pelos portugueses, foi elevada à categoria de vila por ordem do governador da Bahia, D.João de Lencastro. O nome oficial dado foi Vila Real de Santa Luzia. Alguns afirmam que o nome é uma homenagem a Luiz de Brito, outros já dizem que é uma homenagem a santa Luzia, a qual hoje é padroeira desta cidade.

VILA DO TOMAR DO GERU OU NOVA TÁVORA – DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO

A Vila do Tomar do Geru tem sua história datada de meados 1666, quando os padres jesuítas chegaram às terras que hoje são Tomar do Geru. Esta vila também é erigida sob o olhar dos religiosos, os quais quando chegam por esta terra encontraram um grupo de índios kiriris⁵⁹, da rama vinda do sertão de Jacobina e do Rio São Francisco⁶⁰. Os jesuítas vinham da província de Minho, mais especialmente de uma cidade portuguesa chamada Tomar, sede dos religiosos templários.

Todavia, as raízes do nome desta vila, por ter vindo de muito longe, como conta-se a história da cidade Tomar, em Portugal, é de linhagem templária (Cavaleiros Templários), os historiadores asseguram que os templários tiveram influências, de origens pagãs, da arte templária (pagã) vindo a influenciar os jesuítas, sendo que os mesmos eram templários, sobreviventes da inquisição feita pela Igreja Romana e Felipe IV, o Belo, foi na Contrarreforma para originar a Companhia de Jesus: jesuítas repletos de templários com a sabedoria não cristã, sabe-se muito pouco sobre este lado da história de Tomar do Geru.

Em 1692, a aldeia aparece num catálogo como Juru ou Geruaçu, que em tupi significa boca ou entrada, e que mais tarde viria a chamar-se Geru. Seus primeiros religiosos foram os padre Luiz Miniami, João de Barros, João Baptista, João Matheus de Falleto e o irmão Manuel de Sampaio, a Igreja Católica compunha a formação deste núcleo de povoamento.

Não só de origens dos templários a historia desta vila foi feita, também de lendas e mitos que são contados de boca em boca até hoje. Como por exemplo, ouve-se uma lenda de que quando Geru ainda era aldeia, apareceu à imagem de Nossa Senhora do Socorro

⁵⁹ DANTAS, Beatriz Gois. Missão Indígena do Geru. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 28, 1979-1982. pp. 65-87.

⁶⁰ SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1920

(padroeira da vila) dentro de um gravatá no meio da mata, na qual localiza-se hoje a igreja. A imagem foi encontrada pelos índios Kiriris e entregue aos padres jesuítas, que a levaram para onde estava sendo construída a cidade, as casas, a capela e o cemitério. Mas à noite, a imagem teimava em voltar para a mata onde foi encontrada. Na manhã seguinte, a imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro era transportada. Foram várias vezes levando e ela voltando, até que os padres decidiram construir uma Igreja e lá colocaram a imagem de onde nunca mais saiu⁶¹.

O poder da catequese feita pelos jesuítas era dominante que dos 400 índios, apenas 20 eram considerados pagãos. A aldeia chegou a ter os nomes de Geru e Missão de Nossa Senhora do Socorro. No entanto, a preponderância dos jesuítas não evitou que os índios reagissem às experiências de invasão dos portugueses. A devoção a Nossa Senhora do Socorro desta aldeia desde seus primórdios deve-se principalmente por está tem a representação de uma Mãe que vem ao socorro do seu povo que sofre com as mazelas do mundo, reforçada está imagem através da metodologia do medo pregada pelos jesuítas.

Neste embate, a Igreja também se envolveu, pois religiosos lutaram ao lado dos índios, em virtude de os portugueses almejavam a escravização dos indígenas. As lutas ganharam tanta repercussão que o rei teve que intervir. E em um documento histórico, a carta Régia de 22 de novembro de 1758 declarava livres todos os índios do território sergipano, ao mesmo tempo em que transformava a aldeia de Geru em Vila Nova Távara.

A devoção a Nossa Senhora do Socorro crescia ao ponto que a vila se desenvolvia, isto pode ser melhor compreendido, através da estruturação da sua Igreja, cuja tem influência artística jesuítica - templária. Alguns detalhes podem ser notados como o obelisco em cima da torre é um Poste-Ídolo natural do Egito Antigo, onde idolatrava-se o deus Amon-Rá e Ísis. Esse tipo de monumento é encontrado na Antiga Babilônia. Outro detalhe é a flor-de-Ísis encontrada em vários locais da igreja, no anagrama dos jesuítas onde está escrito J.H.S (Jesus Hominum Salvatori) do meio do H sai uma lança simbolizando o falo, e na ponta da lança a flor-de-Ísis simbolizando o órgão genital feminino, típicos da crença de sociedade secreta como os templários.

A devoção a Nossa Senhora do Socorro mantém-se viva até hoje, uma devoção de raízes em Roma, trazida pelos portugueses para a terra de Geru.

⁶¹ Informações localizadas no site: <http://gerusergipe.blogspot.com.br/p/historia.html>. Último acesso em: 10 de fevereiro de 2015 às 11h.

VILA NOSSA SENHORA DA PIEDADE DO LAGARTO – DEVOÇÃO A SANTO ANTÔNIO

A Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, segundo Dom Marcos Antônio de Souza, foi erguida pelos governadores do Arcebispado na ausência do primeiro arcebispado D. Gaspar Barata, em 1679, e foi levantada vila em 1698.⁶² Em 1658, o administrador de Sergipe D'El Rey cria três distritos militares fixos: São Cristovão, Itabaiana e Lagarto. Entretanto, a necessidade logo providenciou a transformação da povoação do Lagarto num centro militar, populacional e econômico. Com esse passo, em 1679, foi oficializada a criação da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. E logo depois de alguns anos a coroa portuguesa determina que a freguesia se torne oficialmente a vila do Lagarto.

Quando da invasão de Sergipe por Cristovão de Barros, em 1590, as terras que formam o município de Lagarto já tinham sido doadas em forma de sesmarias para Gaspar de Almeida e Gaspar de Menezes. Cristovão também doou as terras a um de seus fieis soldados, Antônio Gonçalves de São Tomé. Ele ergue a povoação de Santo Antônio. A conquista religiosa de Lagarto deu-se, deu-se primeiramente por meio da devoção a Santo Antônio, ato de fé que sustentou está religiosidade por alguns anos. A formação religiosa da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, tem fortes indícios segundo os historiadores, de possuir raízes na Ordem do Carmo, a qual se instala pelas terras da vila do Lagarto em 1619,

Todavia, em meados de 1645, por causa de uma varíola muitos moradores desta região morreram. Diante deste fato, encontram-se informações de que diante desta calamidade os religiosos da ordem do Carmo teriam pedido a intercessão de Nossa Senhora da Piedade para cuidar dos enfermos. Com o passar do tempo, a doença não residiu mais por aqueles arredores. Frente a está graça alcançada, a população se vê na obrigação de criar uma Igreja, em devoção e agradecimento a Nossa Senhora da Piedade. Dessa maneira, a Igreja foi erguida em 1669.

Segundo o historiador Claudefranklin Monteiro,

(...) a conquista do território de Lagarto para a fé católica não se deu pela conversão do indígena, mas pela demarcação daquela

⁶² SOUZA, Dom Marcos Antonio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: Estado de Sergipe/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento Estadual de Estatística, 1944. p. 28.

fé, cuja devoção à Nossa Senhora da Piedade foi seu marco simbólico evangelizador: “(...) Às milícias clericais competia, mediante persuasão, levar as populações autóctones a aceitar a dominação política e religiosa da metrópole.”⁶³

VILA DE SANTO ANTÔNIO E ALMAS DE ITABAIANA – DEVOÇÃO A SANTO ANTÔNIO

A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana chamava-se inicialmente, Arraial de Santo Antônio, a colonização destas terras remete-se a 1590, mediante a ação da expedição de Cristovão de Barros quando liquidou os nativos e iniciou o projeto de colonização de Sergipe D’El Rey. Dentro deste contexto, as primeiras notícias de terras doadas a sete lavradores para colonizarem as circunvizinhanças do Rio Sergipe.

Ayres da Rocha Peixoto, é agraciado com uma sesmária, casado com uma neta de Caramuru. Possuía terras dos rios Japarutuba até o Sergipe, correspondendo, dentro de um mapa atualizado, aos municípios de Itabaiana, Riachuelo e Santo Amaro das Brotas. Desse modo, inicia-se o povoamento e colonização de Itabaiana em grande escala, com a distribuição de terras.

Os que foram agraciados com tais sesmarias fundaram o Arraial de Santo Antônio, a primeira povoação de Itabaiana. Esta região hoje é conhecida por Igreja Velha, erguendo-se uma capela, fundando a Irmandade das Santas Almas. A presença da Igreja mais uma vez estará relacionada à construção da sociedade de Itabaiana. A capela é registrada no mapa de Barleus, durante a conquista holandesa, datado provavelmente de 1641.

O núcleo de povoamento era primitivamente um sítio de propriedade do pároco de São Cristovão, padre Sebastião Pedroso de Goes, que vendeu em 9 de julho de 1675, à Irmandade das Almas de Itabaiana, sob a condição de nele ser reedificado um templo sob a invocação de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Segundo o historiador Sebrão Sobrinho, o intuito do padre Sebastião era ver a concretização da criação da Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana e, para tanto, se fazia necessário que a Igreja fosse edificada em terreno próprio. Como a capela de Santo Antônio estava edificada numa fazenda de propriedade particular, jamais a freguesia poderia ser criada.

⁶³ SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **A Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): Limites e Contradições da Romanização**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013. p.76

As terras foram vendidas, e então a Igreja foi edificada, passando Itabaiana à sede da vila, que até então funcionava na Igreja Velha. Na região, a população foi ampliando, já pelo ano de 1678, Itabaiana era distrito, possuindo paróquia desde 30 de outubro de 1675, permanecendo a invocação de Santo Antônio. Portanto, a medida que a população se desenvolvia, mecanismos da própria Igreja eram criados, numa forma de assim legitimar a fé cristã nestas terras. A paróquia foi criada pelos governantes do Arcebispado, na ausência do arcebispo dom Gaspar Barata de Mendonça como afirma Dom Marcos Antônio.

A respeito da Devoção ao Santo Antônio, algumas pessoas da comunidade que queriam a mudança da sede para o arraial, retiravam às caladas o Santo Antônio e dirigiam até a Caatinga de Ayres da Rocha, de noite, deixando-o num dos galhos da quixabeira. Para os moradores, era fácil encontrar o paradeiro do santo já que propositalmente se deixavam pistas. A fuga se verificava com frequência. Depois de cada uma delas, a imagem era levada, em procissão, para a capelinha. Não se pode afirmar uma data exata da edificação da nova Igreja. Sabe-se que a Igreja Velha funcionou até 1737, mas sem grande constância, porque a transferência do padroeiro significou também mudança da sede do arraial para outro sítio. A vila foi levantada pelo ouvidor d. Diogo Pacheco de Carvalho, em 1698, sob a denominação de Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana.

A devoção a Santo Antônio foi incorporada pelos de tal forma ao seu imaginário e a suas práticas devocionais que muitas vezes é visto mais como um amigo cotidiano de todas comunidades.

VILA DE SANTO AMARO DAS BROTAS – DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DAS BROTAS E SANTO AMARO

A História da Vila de Santo Amaro das Brotas ou Grotas, inicia antes do tão citado Cristovão de Barros em 1534, esta história tem início com a ação do rei Dom João III, o qual determinou que Francisco Pereira Coutinho podia tomar conta das terras que se estendiam da Bahia de Todos os Santos até São Francisco. Todavia, a presença e força indígena foi maior e Coutinho não progrediu. Por outro lado, seu filho Manoel tentou dar prosseguimento e então tomar posse das terras, contudo, mais uma vez foram derrotados pelos gentios. Tentando avançar sobre o território, um ponto belo e estratégico chamou a atenção dos exploradores:

uma colina ao lado esquerdo do rio Sergipe, bem na frente da confluência deste com o Rio Contiguiba. Assim, formou-se as terras de Santo Amaro.

Em virtude do fracasso dos Coutinhos, Cristovão de Barros parte com uma grande força para se apossar das terras invadidas. Recebeu uma das terras o português Amaro Aires Rocha, que se instalou naquela colina ao lado esquerdo do Rio Sergipe. Depois de sua morte, o seu descendente Antônio Martins de Azevedo tomou conta da fazenda que recebia o nome de Amaro Aires Rocha, a citada Santo Amaro. A presença religiosa e devocional está desde o nome que a vila recebe, sendo reflexo da atuação e projeto do catolicismo neste período.

Conforme, D. Marcos de Souza, nas memórias sobre a Capitania de Sergipe, escreve que a vila de Santo Amaro das Brotas foi erguida freguesia no ano de 1783 pelo Arcebispo D. frei Antonio Correio Freire⁶⁴. Martins de Azevedo já tinha no Porto da Contiguiba, depois porto das Redes, um engenho de açúcar. Na fazenda Aires da Rocha Martins levantou uma capela em nome de Nossa Senhora das Brotas. A devoção a Nossa Senhora das Brotas procede de raízes advindas de Portugal, o culto a Nossa Senhora das Brotas chegou ao Brasil. Desde a fundação da Capitania da Bahia, foram construídos vários templos em honra a Nossa Senhora das Brotas, além de ser Padroeira em vários templos e igrejas. Ao redor da capela surge a povoação, ou seja, é por meio da construção de um símbolo de fé católico, que as estruturas e órgãos da vila se constituíam.

O governador-geral do Brasil ordenou em 1697, ao ouvidor-geral de Sergipe, Diogo Pacheco de Carvalho, a criar vilas nos núcleos de povoamento de Itabaiana, Lagarto, e outra no porto da Contiguiba, Naquele mesmo ano, a Câmara de São Cristovão instala a sede da Vila de Santo Amaro Aires da Rocha, no porto da Contiguiba.

VILA NOVA REAL DO RIO SÃO FRANCISCO – DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SANTO ANTÔNIO

A Vila Nova Real do Rio São Francisco foi fundada com o nome de Santo Antônio de Vila Nova, elevada a categoria de freguesia em 1679. As terras foram oferecidas a Antônio de Brito Castro pelo rei de Portugal, com a obrigação de serem edificadas no local, 30 casas, cadeia, pelourinho e casa de câmara. Contudo, por volta de 1683, o filho do dono das terras,

⁶⁴ SOUZA, Dom Marcos Antonio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: Estado de Sergipe/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento Estadual de Estatística, 1944.

Sebastião de Brito de Castro, solicitou a substituição a seu falecido pai. Por este motivo, a Coroa buscou informações para saber se as disposições da doação tinham sido exercidas. Ele informou, em 1689, que todas as exigências da doação haviam sido cumpridas, inclusive que a Vila Nova já contava 200 moradores.

Em 1689, a Carta Régia manda o ouvidor de Sergipe fazer uma vistoria pelas terras, quando foi verificado que o donatário não havia exercido o acordo, como fora acertado. Os prédios eram frágeis, cobertos de palha, em vez de serem construídos de alvenaria e madeira para resistir à ação do tempo, conforme afirma Clodomir Silva⁶⁵. Por causa disso, a vila volta ao patrimônio da Coroa, passando a se chamar Vila Real do São Francisco. Em 1733, a povoação foi elevada oficialmente a categoria de vila com a denominação de Vila Nova D'El Rey. Em 1817, perde quarto quintos de seu território para a criação da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo, hoje Propriá. Em 6 de março de 1835, recebe pela lei provincial a categoria de comarca com a designação de Vila Nova do Rio São Francisco.

A vila tem desde seus primórdios uma forte devoção a Santo Antônio, o qual representava um catolicismo guerreiro, uma religiosidade marcada pela fé, mas também pela conquista e colonização destes territórios. A História desta Vila também é formada sobre a Devoção a Nossa Senhora do Rosário,

(...) devoção esta que têm inicio no século XIV, quando os portugueses recebiam novas consagrações em toda a cristandade, como a festa da Visitação, tornada obrigatória em 1389 por determinação do papa Urbano VI. No século XV foi instituída a festa do Santo Rosário, elevada a categoria de festa pública somente no século XVI, para a comemoração da batalha de Lepanto, por Gregório XIII. Em sua origem esta festa era dos dominicanos e fora estendida às demais Igrejas pelo papa Clemente XI, que decretou o primeiro Domingo de outubro para a sua comemoração. As documentações mais antigas da devoção ao rosário que se tem conhecimento datam de 1478. Estes primeiros vestígios foram indicados por Alberto Pimentel, referindo-se a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos, fundada em Lisboa.⁶⁶

⁶⁵ SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1920

⁶⁶ PIMENTEL, Alberto. **História do culto de Nossa Senhora**. Lisboa: Imprensa Acadêmica COÍMBRA, 1899.

VILA DO URUBU DE BAIXO DO RIO SÃO FRANCISCO – DEVOÇÃO A SANTO ANTÔNIO

A vila do Urubu de Baixo, D. Sebastião era arcebispo da Bahia quando em, 1718 foi erigida a freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo do rio São Francisco desmembrada de Vila Nova do Rio Real.⁶⁷ É ponto pacífico que antes da missão de “catequese” dos jesuítas chegar as terras onde são hoje Propriá, os índios chefiados por Pacatuba, mantinham uma relação comercial com os franceses. O Hoje município de Propriá é parte da região do Baixo São Francisco esta conhecida com o nome de Urubu. Era um morro que foi dado por Cristovão de Barros a seu filho, Antônio Cardoso de Barros.

A data da doação é de 9 de abril de 1590. O filho de Cristovão de Barros morreu. Dona Guiomar de Melo, a viúva, repassou as terras ao seu genro, Pedro Abreu de Lima. Este, depois da morte da mulher, cedeu terras aos jesuítas, aos carmelitas e filhos. Pedro Gomes de Abreu, filho mais velho, foi morar em uma região mais baixa do morro. Ela se transformou numa povoação e ficou sendo conhecida como Urubu de Baixo. Por conta do rio, das várzeas férteis e da proximidade com a vila de São Francisco.

Com base em Clodomir Silva,

Nascia em 18 de outubro de 1718 a freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo. Graças ao Rio São Francisco, a freguesia se tornou um grande polo de desenvolvimento do norte. Em 1º de agosto de 1800, Antônio Pereira de Magalhães e paços, ouvidor geral e corregedor da comarca de Sergipe d’El Rey, apresentou um pedido ao capitão-general e governador da Bahia, dom Fernando José Portugal, para que transformasse a freguesia em vila. Em 1801, o governador ordenou, em nome do príncipe regente, a transformação de Urubu de Baixo em vila⁶⁸.

Uma grande festa foi realizada num domingo, 7 de fevereiro de 1802. Naquele dia foi construído um pelourinho de pau redondo em frente à Igreja de Santo Antônio como sinal de autonomia. Desta forma, constituía-se lado a lado o poder da Igreja e a sua frente um símbolo de poder e autonomia.

⁶⁷ SOUZA, Dom Marcos Antonio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: Estado de Sergipe/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento Estadual de Estatística, 1944

⁶⁸ SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1920

Depois de elevada a vila, os moradores de Urubu de Baixo passaram a referencia-la de Propriá. No entanto, é inexistente qualquer definição histórica para essa mudança, porém a maioria crê que Propriá surgiu de uma pesca de Piau na lagoa de João Baía. Era tanto peixe que se pescava utilizando pau. Criou-se então a expressão “pesca paupiau”. Outros dizem que o nome vêm também da lagoa, mas a expressão seria “puropiau”. Depois Propriá.

VILA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA OU SÃO CRISTOVÃO – DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DA VITÓRIA

A Vila de Nossa Senhora da Vitória, foi fundada por Cristovão de Barros, que chegou por estas terras em 1589 com o objetivo de conquistar o território sergipano. Em 1590, o conquistador venceu uma batalha contra os franceses, construiu um forte e fundou uma povoação com o nome de São Cristovão. A cidade sofreu sucessivas mudanças até firmar-se no local atual a margem do rio Paramopama, afluente do Vaza-Barris. Depois que estabeleceu as bases da capitania, Cristovão de Barros regressou a Bahia em 1591, deixando a povoação aos cuidados de Tomé da Rocha. As margens do Vaza Barris e do Paranompama passaram a ser intensamente colonizadas.

Nas raízes desta história encontra-se a devoção a Nossa Senhora da Vitória e uma forte religiosidade. Sabe-se que está devoção se espalhou por vários cantos do Brasil. A Devoção a Nossa Senhora da Vitória tem início em Portugal, em particular na Freguesia de Famalicão, conselho da Nazaré, Portugal. Na paróquia de Famalicão, um dos antigos cultos populares é a Nossa Senhora do Livramento. Do culto à Senhora da Vitória em Famalicão no concelho da Nazaré,

(...) sabe-se que foi trazido pelas gentes da Praia das Paredes da Vitória, que no início do século XVI se vieram fixar, trazendo com eles o culto de Nossa Senhora da Vitória. Relembra que a Virgem Maria, vitoriosa, pode levar os cristãos à vitória em suas vidas. Em Portugal, foi introduzida a devoção por Dom João I, para comemorar a vitória na Batalha de Aljubarrota.⁶⁹

Uma devoção de origem Portuguesa que é trazida para o Brasil e difundida pelas terras de São Cristovão, terra que teve como protetora nos momentos de luta Nossa Senhora da Vitória, e também foi erguida uma Igreja em veneração a ela.

⁶⁹ PIMENTEL, Alberto. **História do culto de Nossa Senhora**. Lisboa: Imprensa Acadêmica COÍMBRA, 1899.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa monografia buscamos analisar e compreender o processo de instalação das primeiras devoções sergipanas, como também entender a formação dos primeiros núcleos de povoamento. Desta feita, justifica-se a importância desta pesquisa, pois buscou um melhor entendimento sobre a formação destas 7 vilas, inseridas dentro do contexto e projeto da Igreja Católica no período colonial, a qual esculpiu com suas mãos as tradições e pensamentos destas primeiras vilas.

Portanto, no decorrer da análise foi possível identificarmos como a História da Vila de São Cristovão, da Vila de Santa Luzia do Piagui, da Vila de Nossa Senhora do Socorro do Thomar, da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, da Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, da Vila de Santo Amaro das Grotas, da Vila Nova Real do rio de São Francisco, da Vila de Propriá, estão tecidas pelos traços do Catolicismo. Consequentemente, a Igreja Católica agiu sobre a formação destas vilas, sobre a suas histórias, sobre suas devoções e crenças como compositora e geradora de tradições, costumes e crenças. Assim, o catolicismo atuou categoricamente nas praticas de fé e manifestações devocionais dos habitantes que constituíam estes núcleos de povoamento.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

CARDOSO, Severiano. Manuscrito. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa nº 15, documento nº 036. Aracaju, 1896.

Carta de Tolosa. Versão digitalizada do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

Lista das Informações e descrições das Villas do Arcebispado da Bahia, 1757. Arquivo do Conselho Ultramarino. Arquivo da Marinha. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Cópia Digitalizada do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Vol. 35, caixa 09, Documentos Oriundos de Portugal.

JABOATÃO, Frei Antonio Santa Maria. Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil [1761]. Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense de Maximiliano Gomes, 1859.

SANTIAGO, Serafim. Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão [manuscrito]. Itamar Freitas, Beatriz Góis Dantas, Péricles Morais Andrade. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

SOUZA, Dom Marcos Antonio de. Memórias sobre a Capitania de Sergipe. 2 ed. Aracaju: Estado de Sergipe/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento Estadual de Estatística, 1944.

“Caminhos Literários da Carta de Pêro Vaz de Caminha”, in *Mare Liberum*, no 11-12, 1996, p. 8. Cf. também Clara de Macedo Vitorino, “Convenção e Ficção – Ensaio sobre a Carta de Pêro Vaz de Caminha”, in *Mare Liberum*, no 6, 1993, pp. 155-63, e José António Ideias, “A Carta de Pêro Vaz de Caminha: Contribuição para uma Tipologia do Encontro”, in *ibidem*, pp. 165-9.

Documento “Formula do Instituto” encontra-se no decreto de Paulo III. CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus. São Paulo: Loyola, 1997, p. 21-31.

Livro que dá Razão do Estado do Brasil no Governo do Norte somente asi como o teve Dõ Dioguo de Menezes e Sá até o anno de 1612. Documento encontrado no IHGRJ- Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria da Glória. A Igreja em Sergipe e os “Desfavorecidos”: Possibilidades de Pesquisa. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 32, 1993-1999.
- ALMEIDA, Padre Aurélio Vasconcelos de. Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe: Padre Gaspar Lourenço. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 21, 1951-1954.
- ANDRADE, Solange Ramos de. **Devoções e santuários Marianos na História do Paraná**. Revista Angelus Novus- nº 3 – maio de 2012, pg. 4
- AQUINO, Felipe Rinaldo Queiroz de. *O Culto dos Santos*. In: **Relação dos Santos e Beatos da Igreja**. Lorena: Editora Cléofas, 2009.
- AZEVEDO, Thales de. **Catolicismo no Brasil: Um Campo para a Pesquisa Social**. Salvador: EDUFBA, 2002.
- AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.
- BARRETO, Raylane Dias Navarro. **Os Padres de Dom José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2004.
- BÉDARIDA, François. **Usos & Abusos da História Oral**. AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In: **A Economia das Trocas Simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.
- BOXER, C. R. **A Igreja e a expansão ibérica (1440 - 1770)**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, [s.d].
- CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. Trad. Ephraim F. Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- CHARTIER, R. **A história cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- COELHO DIAS, Geraldo J. A. **A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos**. Revista da Faculdade de Letras, II Série, IV, 1987.

- COUTINHO, Sérgio Ricardo. Para uma história da Igreja no Brasil: os 30 anos da Cehila e sua contribuição historiográfica. In: Siepierski, P. e Gil, B. (org.). **Religiões no Brasil: Enfoques, dinâmicas e abordagens**. São Paulo: Paulinas, 2003.
- DANTAS, Beatriz Gois. Missão Indígena do Geru. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 28, 1979-1982.
- _____. A Tupimania na Historiografia Sergipana. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 29, 1983-1987.
- FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina**. São Paulo: Ática, 1982.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe (1575-1855)**. 3ª. Ed. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.
- FREIRE, Laudelino. **Quadro Corográfico de Sergipe**. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1902.
- HANSEN, João Adolfo. “Serafim Leite: História da Companhia de Jesus no Brasil”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org). **Introdução ao Brasil: Um banquete no Trópico**. Vol. 2. São Paulo: SENAC, 2002.
- HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800)**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 8-9. Cf.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva (Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.), 2001.
- JOHNSON JÚNIOR, Harold B. **Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII**. (Conferência dada na Universidade Nova de Lisboa em 11 de novembro de 1985/ <http://people.virginia.edu/~hbj8h/modelo.pdf>).
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950. 10 v.
- LEVI, GIOVANNI. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. Limites entre Sergipe e Bahia (Estudos Históricos). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 2, 1913.
- LUSTOSA, F. Oscar de Figueredo. **A presença da Igreja no Brasil**. São Paulo: Editora, 1977.

- MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, Terra de Quem?** São Paulo: Nobel, Editora da USP, 1991.
- MORAES, Péricles. **Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe.** São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.
- NEVES, Guilherme Pereira das. Administração eclesiástica. In: **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil.** Lisboa: Verbo, 1994.
- NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.
- NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I.** São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1985.
- OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. **A irmandade dos homens pretos do rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão (século XIX).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.
- PIMENTEL, Alberto. **História do culto de Nossa Senhora.** Lisboa: Imprensa Acadêmica COÍMBRA, 1899.
- RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do Espaço Urbano Colonial. In: VAINFAS, Ronald. (Org) **América em Tempo de Conquista.** Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1992.
- ROHRBACHER, Padre. **Vidas dos Santos.** São Paulo: Editora das Américas, 1959.vol. VI.
- SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **A Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): Limites e Contradições da Romanização.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.
- SANTOS, Fabrício Lyrio. **Da Catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia.** Cruz das Almas/BA: UFRB, 2014.
- SILVA, Antonio Moraes da. **Diccionario da Língua Portuguesa.** Composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1798.
- SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe.** Rio de Janeiro: Pongetti, 1920.
- SILVA, France Robertson C. da. **‘Sob o manto da Imaculada’ Sergipe se devota a Maria séculos XVI a XIX.** Monografia (Licenciatura em História). Departamento de História da Universidade federal de Sergipe. São Cristóvão, 2001.

SILVA, Severino Vicente da. Uma Leitura de Paróquia e Comunidade no Brasil Perspectiva Histórica – Fernando Londoño (org.), São Paulo, 1987. In: **CLIO** – Revista do PPGH da UFPE. Nº 17. Recife, UFPE, 1998.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O Eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**. São Cristóvão: UFS: Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Notícia do Brasil**. Edição patrocinada pelo Departamento de de Assuntos Culturais do MEC, 1974.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. Apontamentos Históricos e Topographicos sobre a Província de Sergipe – Offerecidos a S. M. I. o Senhor Dom Pedro II Imperador Constitucional e Perpetuo Defensor do Brasil (1860). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 6, 1916.

ZANON, Frei Darlei. **Nossa Senhora de todos os nomes: orações e história de 260 títulos marianos**. São Paulo: Paulus, 2005.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. **Linha de fé: A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI-XVII)**. São Paulo: EDUSP, 2011.